



Ana I
S
A

**ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA
DO ÓRGÃO DELIBERATIVO DA UNIÃO DAS FREGUESIAS
DE OEIRAS E SÃO JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS
REALIZADA A 11 DE ABRIL DE 2018
ATA Nº 04/2017-2021**

- Aos onze dias do mês de abril de dois mil e dezoito, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, sendo Presidente o Senhor Sérgio Tavares dos Santos, tendo como 1ª. Secretária Ana Margarida Infante Carmo e como 2º. Secretário Adalberto Gomes Monteiro. _____
1. Aprovação da Ata nº 02/2017-2021; _____
 2. Aprovação da Ata nº 03/2017-2021; _____
 3. Apreciação e Votação da Proposta AFOPAC Nº. 1/2018 - Alteração do Regimento da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias; _____
 4. Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC Nº. 19/2018 – Regulamento do Programa Passeios com História; _____
 5. Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC Nº. 40/2018 – Tabela de Taxas e Licenças; _____
 6. Apreciação da Proposta UFOPAC Nº. 44/2018 - Hasta Publica do Bar da Praia de Caxias; _____
 7. Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC Nº. 46/2018 – Relatório E Contas de 2017; _____

Amf
[Handwritten signature]

8. **Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC Nº. 47/2018 – 1ª. Revisão Orçamental às Grandes Opções do Plano de 2018;** _____
9. **Apreciação da Proposta UFOPAC Nº. 48/2018 – Inventário, Direitos e Obrigações Patrimoniais da UFOPAC;** _____
10. **Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC Nº. 51/2018 – Denúncia do Contrato de Prestação de Serviços do Posto de Correios de Santo António de Nova Oeiras;** _____
11. **Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC Nº. 52 /2018 – Ratificação do Protocolo de Colaboração Institucional entre o Município de Oeiras as Juntas e Uniãos de Freguesias para a Formação Profissional;** _____
12. **Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC Nº. 53/2018 – Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação;** _____
13. **Apreciação da Informação escrita da Senhora Presidente do Executivo sobre a Atividade da União das Freguesias de 25 de outubro de 2017 a 31 de março de 2018.** _____

ABERTURA

— **Pelas vinte horas e quarenta minutos, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e a 1ª. Secretária deu início à chamada dos membros da Assembleia de Freguesia.** _____

— **Pelo Movimento IN-OV – Ana Rita Esteves Amaro, João Miguel Marques Freire, Hugo Alexandre Jesus Afonso, Mário João Rodrigues Gomes, Fernando Costa Borges Santos, Horácio António Rodrigues, Sorala Silva Salgado e Paulo Jorge Proença.** _____

— **Pelo Movimento IOMAF – Maria do Céu Messias Ramalhete, Pedro Filipe Fidalgo Marques e Miguel Alexandre Brito Campos.** _____

— **Pelo Partido Socialista – José Carlos Martins Oliveira e Maria de Fátima Brito Filipe.** _____

Ant
[Handwritten signature]

— Pelo Partido Social Democrata – Joana Santa Marta. _____

— Pelo Centro Democrático Social – Nuno Miguel Trindade Gusmão. _____

— Pela Coligação Democrática Unitária – Rogério Guerreiro Vidal Pereira. _____

— Pelo PAN - Pessoas, Animais e Natureza – Carlos Alberto Gomes Ricardo. _____

— Pelo Bloco de Esquerda – Vítor Manuel Abranches Viegas. _____



— Na Assembleia estiveram presentes, em representação do Executivo da União das Freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, a Presidente, Maria Madalena Silva Castro, o Secretário, João Carlos Lobato Cortesão, a Tesoureira Cátia Pereira Franco Bonito e os Vogais, Artur Alberto Claro Campos, Maria Fernanda Justo Teixeira e Maria Alexandra de Brito Leite. _____

O eleito Simão Guerreiro Roclo de Almeida Correia apresentou justificação de impedimento de participação e pedido de substituição, pelo que nos termos do disposto do artigo 8º foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do IN-OV, a eleita Carla Maria Machado Antunes, que apresentou justificação de impedimento de participação e pedido de substituição, pelo que nos termos do disposto do artigo 8º foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do IN-OV, o eleito António Francisco de Carvalho e Silva, que apresentou justificação de impedimento de participação e pedido de substituição, pelo que nos termos do disposto do artigo 8º foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do IN-OV, a eleita Soraia da Silva Salgado. _____

A eleita Cristina Isabel Bastos Fachadas Amante, apresentou justificação de impedimento de participação e pedido de substituição, pelo que nos termos do disposto do artigo 8º foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do IN-OV, o eleito Paulo Jorge de Sousa Proença. _____

— Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

Boa noite a todos. Enquanto não começamos com a Intervenção do público aqui presente, queria pedir-vos o seguinte, vai ser uma sessão aparentemente longa, nós



vamos solicitar que sempre que queiram falar por favor, levantem o braço e se possível só baixem o braço, quando um dos elementos da Mesa garantir que a inscrição está feita, eu quero que não haja nenhuma falha neste sentido, se houver por favor, avisem-nos. _____

Damos início nos termos do nosso regimento ao período de intervenção do público, a inscrição do público deverá obedecer ao máximo de trinta minutos e uma vez que temos quatro inscrições eu vou dar sete minutos e meio a cada um dos elementos do público aqui inscrito. _____

O primeiro inscrito é o Senhor Luís Filipe Pinheiro Liberal, faz favor. _____

— **Interveio o Senhor Luís Filipe Pinheiro Liberal para dizer o seguinte:** _____

Senhor Presidente da Mesa e demais membros da Mesa, Senhora Presidente da Junta e demais membros do Executivo, Senhoras membros da Assembleia de Freguesia. _____

Eu pedi o uso da palavra, em nome da Associação de Moradores de Nova Oeiras, de que sou Presidente da Direção e pedi a palavra, por ter tomado conhecimento da proposta de deliberação nº. 51 de 2018, que constitui o ponto dez da ordem de trabalhos desta reunião. Entendeu a Associação de Moradores de Nova Oeiras, que já tinha abordado este assunto com a Câmara, que devia partilhar com os membros desta Assembleia de Freguesia, algumas preocupações e algumas reflexões sobre o tema. _____

A proposta parte do pressuposto que a atuação da Junta de Freguesia no posto dos correios de Santo António de Oeiras, é ilegal do ponto de vista da receita e do ponto de vista da despesa e viola os princípios da prossecução do Interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e nessa medida, por se tratar de uma atividade que se considera privada, os gastos não são uma despesa pública, mas uma despesa privada. _____

A Associação de Moradores de Nova Oeiras, tem o máximo respeito pelas idiossincrasias pessoais, pelas convicções pessoais e por todos quanto se batem pelas suas convicções, lida porém a proposta, ela parece conter algumas insuficiências e algumas menores correções, por forma, a que a questão chegasse com um mínimo de coerência, fizemos chegar a V.Exa., uma carta que espelha de momento a nossa posição e, qual é a nossa posição? De facto, o serviço postal universal não é uma atividade privada, o serviço postal universal é um serviço público, é uma atividade pública e, é por isso que, a sua exploração é regida por um contrato de concessão, outorgado pelo Ministério da Economia e, portanto, não pode confundir-se uma atividade público ou privada com a gestão público ou privada dessa atividade. A gestão atualmente não é pública, é privada, mas o interesse em questão, é um interesse público e portanto, não estamos no domínio de um interesse privado, estamos num domínio de interesse público. Por outro lado, reputasse de ilegal o contrato celebrado entre a Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra com os CTT, hoje União das freguesias, mas eu creio que a fazer vencimento desta tese, ela só podia ser acompanhada por uma proposta que, previsse o encerramento do posto de Caxias, isto é, se a Junta de Freguesia está a prosseguir o interesse privado, está a violar o princípio da prossecução do Interesse publico, então, não faz sentido que, mantenha de um lado essa violação e acabe com ela do outro, não faz sentido que, faça despesa privada de um lado e acabe com ela do outro e até o receio de uma eventual, inspeção possa trazer as suas consequências, isto é, a fazer vencimento os pressupostos desta proposta, isso tem como consequência que, então a continuação desta atividade em Caxias, torna a violação do interesse publico, a violação do desenquadramento legal que vem evocado, eu não sei se existe ou não, então torna doloso porque agora já há consciência que não é assim, a fazer vencimento esta proposta. _____

Amf
Q
S

Por outro lado, propõe-se a rescisão do contrato no próximo dia 1 de julho, o contrato renovou-se no dia 4 de abril por seis meses, tanto quanto julgo saber destas coisas, denuncia, rescisão, revogação de contrato, não são exatamente a mesma coisa, a rescisão de contrato pressupõe ou uma previsão contratual ou uma violação contratual e portanto, o contrato podia ser denunciado, mas não tendo sido até 3 de março, renovou-se até 3 de outubro próximo, isso pode trazer consequências, a cessação da atividade, fora das previsões contratuais, a cessação do contrato de arrendamento para dia 1 de julho, não cumpre os requisitos de pré-aviso e portanto, pode obrigar a pagar a renda relativamente ao pré-aviso em falta.— Depois, relativamente à questão financeira, eu não sou financeiro, não me vou meter nisso, como eu disse na carta que dirigi a V.Exa., tratasse de dinheiros públicos que devem ser gastos e aplicar com parcimónia, com a diligência que nos é devido mas, os números que nos são aqui extrapolados para se saber quanto é que seria gasto em 2018 nesta atividade, tem algumas imprecisões, eu na carta refiro só um, anualizasse para 2018, o custo com o alarme de quase novecentos euros, isso foi o que aconteceu em 2017, que é o custo da instalação e o custo da instalação é irrepetível, por outro lado, a poupança com o funcionário é nula, porque o funcionário vai continuar a integrar os quadros da Junta e continua-se a pagar sem a contrapartida da receita. Muito obrigado. _____

— Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

Muito obrigado. De seguida, vou pedir ao Senhor Alexandre Antunes, faça favor. —

— Intervelo o Senhor Alexandre Antunes para dizer o seguinte: _____

Boa noite aos presentes. O meu nome é Alexandre Antunes, sou morador na Alameda Conde de Oeiras e utilizo a estação dos correios dos CTT, face à convocatória desta reunião, o ponto dez chamou-me a atenção, chamou-me a atenção relativamente aos custos, daquilo que eu conheço do posto, os custos fixos temos trezentos e cinquenta euros de renda, mais cem ou cento e cinquenta euros

Aní
S
S

de gastos de energia, alarme e água, sendo que o custo principal daquele posto é de facto, o custo da funcionária que são cerca de treze mil euros, que é o valor que a União de Freguesias reclama como excesso, portanto, neste momento há a reduzir a este valor, trezentos e cinquenta mais os cem euros, quantidade que está no contrato que os CTT, dão como comissão fixa de cento e cinquenta euros que vai ser aumentado ou poderá ser aumentado, com mais cento e quarenta e nove, quase trezentos euros, este montante não cobre a totalidade desses números que falei mas, falando com o Presidente da Câmara, o Presidente da Câmara não tinha problema nenhum, em adiantar a diferença para cobrir os custos deste posto, nomeadamente, adiantava mais trezentos euros, o efeito disto suplantava os custos do empregado que, é empregado da Junta e que faz parte do quadro da Junta. —

Perante o que o colega que falou anteriormente da Associação de Moradores de Nova Oeiras, eu proponho que este ponto dez, seja retirado da agenda de trabalhos, uma vez que tem questões legais que são um pouco mais difíceis de aprofundar do que estarmos aqui a apreciá-las. Muito obrigado. _____

— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado pelo contributo, seguidamente vou dar a palavra ao terceiro inscrito, João Luís Crispim Ferreira. _____

— **Interveio o Senhor João Luís Crispim Ferreira para dizer o seguinte:** _____

Boa noite Senhor Presidente, boa noite ao Executivo e aos membros desta Assembleia, boa noite ao público aqui presente, queria colocar duas questões. —

A primeira relativamente à Av. da Republica, é conhecida que a intensidade potencial do ruído dos veículos, têm uma evolução quando eles atingem os trinta km/hora, a Av. da Republica é um dos exemplos onde estas velocidades, são incumpridas, ilustra-se também a ausência de qualquer dispositivo de regulação de velocidade, de modo a que, os veículos circulem de forma moderada, principalmente no final da descida, onde o Centro de Saúde está lá, está lá também uns semáforos

Ant
J
[Handwritten scribble]

mas que, mais de noventa por cento dos veículos que lá circulam não respeita, isto significa que há aqui um perigo iminente, quase acidente para o qual eu solicito e apelo ao Executivo, a necessária resolução. _____

Em complemento daquilo que já foi aqui dito, sobre os correios de Oeiras, eu queria lembrar um comunicado feito por este Executivo, datado de 17 de novembro, na qual a Presidente do Executivo claramente indicava "*a nossa prioridade são as pessoas*", a média de utentes que utiliza este centro, é cerca de cinquenta vezes superior, em termos anuais, áquilo que este Executivo foi eleito pelos votos dos Oeirenses. Relativamente ao tema dos custos, perguntasse claramente, se as atividades que a freguesia executa são para dar lucro e se os custos inerentes, têm algum retorno em termos financeiros imediatos. _____

O encerramento deste posto, claramente e conscientemente este Executivo, não dá qualquer prioridade às pessoas. Boa noite. _____

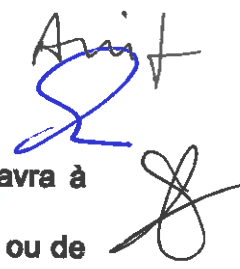
— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado. Seguidamente e pela ordem de inscrição, vou dar a palavra à Senhora D. Maria Pia Imperatori. _____

— **Intervelo a Senhora Maria Pia Imperatori para dizer o seguinte:** _____

Boa noite a todos. Eu venho falar sobre o ponto dez, a minha ideia é apresentar-vos, uma ideia para baixar os custos que era, a Junta em vez de ter aquela casa alugada, passaria para o centro da juventude, sei que é da Câmara mas talvez, pudesse fazer uma parceria ou talvez tivesse outro nome qualquer, mas passava a não ter os custos com a renda, nem água, nem nada, se a Câmara está disposta a ajudar com uma verba, eu acho que não seria muito difícil conseguir isso, dado que é a mesma entidade a explorar, mas noutra sítio e ainda no mesmo bairro, parece-me que os CTT não teriam muita dificuldade em aceitar esta ideia, é tudo, muito obrigada. _____

— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Anst


Muito obrigado. Ainda no período de intervenção do público, vou dar a palavra à Presidente do Executivo, parece ser necessário algum tipo de esclarecimento ou de resposta, às intervenções que foram feitas, relembro Senhora Presidente do Executivo que segundo o regimento, tem apenas dez minutos no máximo, para estas respostas. Muito Obrigado. _____

— **Intervelo a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** —

Muito obrigada. Eu começaria, se me permitem pela última intervenção da Senhora D. Maria Pia, que de facto, dá aqui uma ideia como alternativa, para o funcionamento dos CTT, se bem que, eu não posso dar aqui uma resposta, porque isso seria, estar-me a imiscuir das decisões da Câmara e não posso, como é óbvio, mas é uma ideia que nós agradecemos. _____

Relativamente às intervenções do Senhor Luís Pinheiro e do Senhor Alexandre Antunes, eu queria só referir que este Executivo, na primeira Assembleia que foi realizada neste mesmo espaço, deu uma informação aos presentes que é a seguinte: *"nós não vamos compactuar, nem vamos dar continuidade a situações de ilegalidade"*, de facto não há, nas competências que estão atribuídas às Juntas de Freguesia na lei 75/2013, não há competências delegadas para o funcionamento de uma atividade privada que são os CTT, o Executivo da Junta concorda em absoluto com os moradores de Nova Oeiras e não só com os moradores de Nova Oeiras, com os moradores de outras localidades desta União de Freguesias que, quando foi feita a privatização dos CTT, devia ter sido salvaguardado o interesse público de uma forma que não foi e a Junta, com o parco orçamento que tem, não pode estar a alocar treze mil e poucos euros, por ano, ao funcionamento dos CTT, particularmente com a loja de Nova Oeiras, porque o contrato que foi feito relativamente à loja de Caxias, os CTT suporta na íntegra, porque foi feito, quando os CTT eram uma empresa pública, por outro lado, os CTT continuam a suportar na

Amf

Q

✶

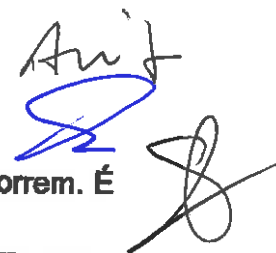
integra, a despesa com o funcionamento daquela loja e não podemos comparar, aquilo que é incomparável, esta é a posição do Executivo. _____

Obviamente que responderemos às cartas, sei que foram, enviadas cartas ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, aquelas que foram enviadas à Junta com certeza, que merecerão também resposta, mas o que está aqui em causa, é uma questão de legalidade da aplicação dos dinheiros públicos e a aplicação dos dinheiros públicos, como os senhores compreenderão, não pode ser feita, a favor de uma empresa privada que tem milhões de lucro; nós temos essas informações ao nível da comunicação social, que até se dá ao luxo de distribuir altos dividendos pelos seus acionistas, ora isso, não pode continuar a acontecer, estou a falar deste caso concreto, há custa dos dinheiros da freguesia e, esta é a justificação principal. Não vou entrar por questões que foram aqui suscitadas, as contas foram feitas pela nossa responsável financeira que está aqui, a Dra. Mónica, sei que é uma pessoa correta e que apresenta as contas da forma mais consentânea com o POCAL possível e portanto, são os números que nós temos para apresentar, são os números reais, é uma situação insustentável para a Junta de Freguesia. _____

Relativamente à questão que foi colocada, sugerindo que a Câmara até estaria disponível para integrar o deficit do posto de Nova Oeiras, aquilo que me foi transmitido pelo Senhor Presidente da Câmara, com quem obviamente falei, foi que a Câmara não vai também, dar corpo a uma situação que não é regular, não há qualquer disponibilidade da Câmara para participar nestas despesas. _____

Por último, a preocupação que nos foi exposta pelo Senhor João Luís Crispim Ferreira, para serem acionados mecanismos de redução de velocidade na Av. da Republica, também nós percebemos que por vezes, ali os veículos andam a velocidades elevadas, nós já pedimos à Câmara para estudar aquela situação e vamos insistir para que, os técnicos de trânsito estudem medidas que induzam à

redução de velocidade, para que não se corram os riscos que por vezes ocorrem. É tudo Senhor Presidente. _____

Aníj


— Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

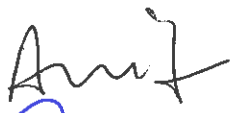


Muito obrigado. Assim sendo, não havendo outros inscritos, vamos pôr fim ao período dedicado à intervenção do público, passando de imediato, ao PAOD, tendo em consideração a extensão da nossa agenda, para melhor decorrer dos trabalhos, solícito a todos os presentes que sejam concisos, sumários, respeitem os tempos regulamentados, recordo ainda que esta Assembleia, dispõe do tempo máximo de sessenta minutos para este período. _____

Senhor Miguel Campos é o primeiro inscrito, faça o favor. _____

— Interveio o Senhor Miguel Campos do IOMAF para dizer o seguinte: _____

Boa noite Senhor Presidente, dirijo os cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos colegas da Assembleia e também ao público presente. _____

Pegando só, nas últimas palavras da Senhora Presidente, na resposta ao público, não vou falar desse ponto, porque vamos ter esse ponto à frente, mas só para falar na questão da legalidade, dizer que, nós hoje de manhã recebemos parte da documentação, enviada para esta Assembleia e aquilo que estabelece a lei, é que terá que ser 48 horas, o envio de toda a documentação para a Assembleia, naturalmente que, é uma situação que não podemos deixar de referir, pela questão da legalidade e portanto, a nós a lei e a obrigação de pugnar para cumprimento da situação e dizer que, registamos essa situação, não queremos obviamente, inviabilizar a Assembleia porque temos muitos pontos e pontos importantes, mas não queremos deixar de referir que, já estamos na terceira sessão e que acontecem algumas situações que nós não podemos deixar fugir e por isso, quero deixar esta nota, não sei se o Presidente da Assembleia se quer pronunciar, por este atraso no envio da documentação, também ela é uma questão legal e portanto, quero deixar esta nota e pedir que, a situação não volte a acontecer, porque apesar de a




documentação poder corresponder a um ponto, que não seja discutido hoje, há a possibilidade de a Assembleia se poder prolongar para outra sessão extraordinária, não deixa de ser uma situação que, pedimos para se corrigir no futuro, porque efetivamente, não estamos a cumprir com a legalidade desta Assembleia, sobre esse ponto da documentação e pronto, a minha nota é esta, não é querer estar a ser maçado com a situação, mas é só alertar para uma circunstancia para que ela possa, não repetir. Obrigado. _____

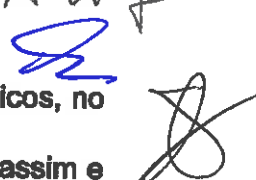
— Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

Muito obrigado. D. Fátima Filipe faça o favor. _____

— Intervelo a Senhora D. Fátima Filipe do PS para dizer o seguinte: _____

Boa noite a todos. Senhora Presidente do Executivo, Senhor Presidente, Mesa. —
Eu aproveito, a nota que foi deixada pelo público relativamente, ao excesso de velocidade na Av. da Republica e reforço é um sítio extremamente problemático, com muitos acidentes e graves, como sabe a Senhora Presidente, decorrem obras de grande vulto e aquilo ainda se complica muito mais. _____

O meu ponto é um tema no sentido que, não é bem, do âmbito das competências da Junta, mas que certamente, a Senhora Presidente estará a acompanhar, como sabe, penso que saberá, está a correr uma ideia na população, uma ideia que o Senhor Presidente tem, no sentido de fazer o acesso à praia de Santo Amaro, que é uma obra grande e que implicará eventualmente, alteração da estrutura daquela zona, há um edificio consta que será removido, que será o da ADO e ao lado está o edificio que tem uma cobertura recente, que é do Clube de Ténis de Oeiras e que foi inaugurada há um ano, foi um grande investimento quer da Câmara, quer do privado que participou nessa obra, é uma coisa que preocupa não só o próprio clube, os sócios, os moradores da zona que muitas vezes, até tem eles próprios dificuldades de usufruir da praia, enquanto municipais e fregueses e que essa obra poderá ainda pressionar mais, no sentido de trazer para o local, outra população que não pague

Ari f


aqui os seus impostos, usufruir de uma zona, enfim, Isso é um pau de dois bicos, no fundo é para saber se a Senhora Presidente conhece, se sabe se isso, será assim e sendo assim, quais serão eventualmente, as compensações do Clube de Ténis de Oeiras. Muito obrigado. _____

— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado. Senhor Carlos Ricardo. _____

— **Intervelo o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte.** _____

Boa noite a todos os presentes. Não sei se isto, está nas competências da Junta, mas já na antiga vereação apareceu nas portas dos prédios, uns papeis a dizer para não darem comida aos pombos, as razões que atribuem, são razões que não me parecem ser corretas, porque falam em doenças que cientificamente, estão comprovadas que não são de maneira nenhuma, transmitidas aos humanos, posso dar essa relação de doenças e fala também do contato com as fezes e penas, não vejo que as pessoas andem a contactar com as fezes dos animais, acontece que, a temperatura corporal de um pombo é de 41,5°, portanto todos os parasitas e ectoparasitas, etc., não resistem no corpo humano, dada a baixa temperatura áquilo a que estão habituados e aqui este papel que foi posto nas portas, convidam as pessoas a não dar alimentação aos pombos, o que significa que à partida os animais morreriam de fome, paralelamente em novembro de 2016 foi aprovado em Assembleia Municipal, a criação de pombais contraceptivos, até agora me parece que não foram feitos, absolutamente nada, porque a partir do ponto em que existam esses pombais, então seria talvez, de sensibilizar as pessoas para não darem comida, para que os pombos se dirigissem a esses pombais, o que acontece, é que não existem pombais contraceptivos, como foi aprovado em dezembro de 2016, por isso acho que, o Vereador Nuno Neto voltou a pôr nas portas dos prédios, as primeiras foram pelo ex Vereador Ricardo Barros, a quem eu enviei depois uma carta, desta vez é o Senhor Vereador Nuno Neto, será que ele sabe que não

Amf
S

existem, os tais pombais contracetivos que a Câmara se comprometeu a construir.

Eu queria saber se a Junta de Freguesia tem alguma posição sobre isto. _____

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Obrigado pelo contributo. Seguidamente, vou dar a palavra ao Senhor José Oliveira

— **Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** _____

Boa noite Senhor Presidente e restante Mesa, Senhora Presidente do Executivo e restante Executivo, caros colegas de bancada, público presente. _____

Eu queria dizer-vos que, quando li a carta dirigida pela Associação de Moradores de Nova Oeiras ao Executivo, eu temi que por incapacidade do domínio da língua portuguesa, não tivesse percebido bem, qual era a intenção e o tom do que estava escrito na carta, mas infelizmente hoje confirmei aqui, com a intervenção de um dos elementos da Associação, o primeiro que interveio, eu confirmei aqui, se a minha casa arde, eu quero que as outras ardam e este conceito, é extremamente desagradável para todos os que moram em Oeiras, mas particularmente, para a humanidade, termos pessoas que tem este tipo de pensamento e este tipo de comportamento, mas há um caso particular nesta questão, no que se refere ao Partido Socialista, é que o Partido Socialista sempre sublinhou as preocupações de impacto social que poderia ter, o fecho daquele posto, mas também vos quero dizer que não só, a análise jurídica da questão pela ANAFRE, como o parecer emitido, realmente, não só merecem os nossos parabéns e são de alta qualidade, são mais explícitos para quem ler os dois documentos do que normalmente, se imagina do que poderão ser documentos jurídicos, mas são realmente muito explícitos inclusivamente, estabelecem que há uma diferença, alguma possibilidade no âmbito da lei de continuar esta relação entre a Junta e os CTT e no âmbito da lei, estabelece também que são diferentes as coisas, como a Senhora Presidente do Executivo teve a oportunidade de dizer, de qualquer maneira, quero-vos dizer e sublinhar as palavras da Senhora Presidente do Executivo que os dois casos são

multo diferentes, porque um, o contrato foi feito com uma empresa pública e o prejuízo que dá é residual, é de setenta e qualquer coisa euros, de qualquer modo é um prejuízo, a Senhora Presidente não nega que seja, mas o âmbito é completamente diferente daquela estação que, ainda por cima, devemos ter em conta que todo o procedimento até ao momento, é altamente criticável do ponto de vista legal, eu gostaria de não só deixar muito explícito isto, por parte do Partido Socialista, como relevar o meu enorme desagrado pelo tom da carta da Associação de Moradores de Nova Oeiras. Muito obrigado. _____

— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____
Muito obrigado. Seguidamente vou dar a palavra ao Senhor Pedro Marques por favor. _____

— **Intervelo o Senhor Pedro Fidalgo Marques do IOMAF para dizer o seguinte:**
Boa noite, Senhor Presidente da Mesa, Mesa, Senhora Presidente do Executivo, Executivo, colegas, público. _____

Tenho aqui algumas questões mais práticas ao Executivo, se a mudança de instalações da sede já está efetuada e quando for, qual é que será a gestão do serviço, se isto terá alguma alteração significativa na distribuição de competências entre as delegações e a sede, se entretanto, terá alguma alteração ao horário das delegações, houve um freguês que verificou que a delegação de Caxias, está a fechar para almoço, é uma altura em que os fregueses querem lá ir, se foi algo pontual que aconteceu ou se realmente, vai começar a encerrar para almoço. _____

Outra questão que também me suscitaram, é se o Executivo já tomou alguma decisão, relativamente à renovação dos contratos das Assistentes Sociais que se encontram a prazo, nesse sentido, visto que existem alguns colaboradores em recibos verdes, sei que é uma situação herdada deste Executivo, mas se já estudaram alguma solução para resolver os recibos verdes que se encontram irregulares. _____



Art
2

Outra questão, a informação dada em dezembro, foi que a Câmara estava nos primeiros seis meses a estudar uma solução para o Combust, já estamos no quarto mês, só para saber se a Junta de Freguesia já teve alguma informação ou se pelo menos foi contactada como parceira para estudar a solução nova. _____

Outra questão colocada por um freguês, é se já tem alguma data para reiniciar o apoio jurídico aos fregueses. _____

Outra questão suscitada pelo freguês, é a poda radical das árvores, técnica e cientificamente não é correta aquela poda, nós temos um documento que faremos chegar, sei que não é competência da Junta, mas é questão que a Junta poderá colocar ao município. _____

Outra questão também, tem a ver com estação de Santo Amaro de Oeiras, foram colocadas umas barreiras acústicas, acabam por desvirtuar arquitetonicamente a estação, já estão vandalizadas e a questão que eu coloco, se o Executivo me poder esclarecer sei que não hoje, é quem colocou, se foi as infraestruturas de Portugal, se foi parceiro privado, porque aquilo é para proteger o condomínio que irá ser construído ou se foi o município, quem autorizou a construção porque tecnicamente poderá não ser adequada, se existe um estudo, sendo aquela solução que irá ficar, fazer uma proposta ao Executivo de podemos desenvolver um projeto artístico em que, já que é para grafitar, que seja feito como foi feito na estação de Algés, convidarem grafiter, fazer um grafite artístico de arte não é ilegal que fique bonito e que, permite que não seja vandalizado a seguir, porque por regra, os grafiter não vão vandalizar o trabalho efetuado já por outros grafiter. Obrigado. _____

— Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

Muito obrigada. Dou de seguida, a palavra ao Senhor Nuno Gusmão faz favor. _____

— Intervelo o Senhor Nuno Gusmão do CDS/PP para dizer o seguinte. _____

Muito obrigado Senhor Presidente, venho cumprimentar a Mesa, a Senhora Presidente da União de Freguesias, restante Executivo, caros colegas de bancada, estimado público. _____

Com a intervenção do Senhor Pedro Marques, quase que fiquei sem perguntas para fazer, eu apenas gostaria basicamente de colocar aqui, uma dúvida que é importante, não sei se a Senhora Presidente poderá ou estará em condições de nos responder, bem sei que, não é uma obra da responsabilidade da União das Freguesias ou melhor não é uma obra, são três obras que decorrem em simultâneo, na Quinta do Marquês e um pouco mais a sul, junto à farmácia Sacoor da Quinta das Palmeiras, todos nós percebemos que uma das obras, é de um interveniente privado, nomeadamente, a obra de intervenção na rotunda e que já de alguma forma, estávamos à espera que acontecesse há mais tempo do que efetivamente aconteceu, a questão que eu coloco aqui, é sobre a pertinência e face ao facto, de ser uma zona já bastante fustigada pelo parque de estacionamento, que existe para os moradores da Quinta do Marquês e também na Quinta das Palmeiras, se seria de todo conveniente, existirem ou coexistirem três obras em simultâneo, até porque creio eu, seria muito mais profícuo para todos provavelmente, as duas obras que decorrem no sentido viário e do estacionamento, pudessem decorrer numa altura de verão possivelmente, em que há muita gente de férias e não seria tão fustigado assim, gostaria de ouvi-la sobre esta sugestão que já vem tarde como é obvio, mas que lhe deixo aqui. _____

Relativamente à questão que foi levantada pelo Senhor Pedro Marques, nomeadamente, esta questão da intervenção que consta em Santo Amaro, eu segundo creio, é uma obra de intervenção própria da REFER, até à semana passada ainda ninguém sabia, quem é que tinha feito aquilo, não me querendo substituir ao Executivo, penso que sei e para já, era só estas questões que queria deixar aqui. Obrigado. _____

— **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado. Dou a palavra à Senhora D. Joana Santa Marta. _____


— **Intervelo a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte:** _____

Boa noite Senhora Presidente, restante Executivo, boa noite à Mesa, restantes colegas de bancada, estimado público e agradecer ao público a vossa presença. —

Relativamente aos vários assuntos, que já aqui foram levantados e tendo em atenção, que não poderei neste momento, estar a entrar em pontos que serão discutidos na ordem de trabalhos, eu penso que será de todo importante, pensarmos na proposta que a D. Maria Pia nos fez, porque eu penso que neste momento, é uma proposta muito interessante, mas deixarei isso para falarmos mais tarde. —

Relativamente a outras questões que eu tinha aqui para colocar, especialmente diz respeito às obras que estão a decorrer no centro de Caxias, estão a decorrer a bom termo, tem havido o prejudicar normal das obras, mas de qualquer maneira, eu levantaria uma questão, que é o trânsito na rua 7 de junho e na rua Calvet de Magalhães, com as obras veio-se agravar, ainda mais o problema do estacionamento e o problema do estacionamento, naturalmente que, as pessoas têm que estacionar os seus carros, mas se nós conseguíssemos pôr a rua 7 de Junho e a rua Taborda de Magalhães sentidos únicos, já as pessoas poderiam estacionar os carros sem problema e o transito fluiria com muito mais facilidade. —

Outro problema de estacionamento que se torna inacreditável na nossa União de Freguesias, é a Impresa, não sei o que é que a Junta de Freguesia pode ou não pode fazer, o que é que o Executivo pode ou não pode fazer, mas realmente, os funcionários da Impresa ocupam a via pública de uma maneira profundamente abusiva, ocupando as rotundas, as saídas, as entradas e não vejo nunca, nenhum policia ali a autuar fosse quem fosse, qualquer um de nós estaciona mal o carro na sua zona de residência, para ir beber um café e tem um policia, aqueles senhores parece que tem o direito de estacionar na via pública, eu penso que é uma questão

Aunt


que nós temos de estar atentos, realmente porque a Impresa está fazer obras de ampliação do seu espaço e é bom que esteja garantido o estacionamento das pessoas que lá funcionam, porque não podem continuar a estacionar ali, sob pena de estarmos todos a ser prejudicados, em detrimento de uns senhores que estacionam por hábito e costume na via pública, penso que isto é uma coisa que não é justa para todos nós. _____

Outra questão que já foi aqui levantada e que eu queria também, perguntar à Senhora Presidente é exatamente, o fecho da delegação de Caxias à hora de almoço, espero que seja uma situação passageira, porque há imensas reclamações relativamente a isso, porque as pessoas utilizam a delegação na hora de almoço e tem feito diferença a várias pessoas. Muito obrigada. _____

— **Intervêio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado. Senhor Rogério Pereira, faça o favor. _____

--- **Intervêio o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte:** _____

Boa noite a todos, os meus cumprimentos ao Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Junta e restante Executivo, parcelros de bancada e uma saudação especial ao público presente. _____

Eu tinha aqui duas ou três notas, excluindo a que se refere à questão dos correios, está devidamente agendada para discussão e nesse ponto eu falarei com certeza. —

A primeira nota, é que me tem chegado frequentes queixas, relativamente ao tipo de poda, considerada excessiva que está a ser feita sobre as árvores e de uma maneira geral, em todo o território particular da freguesia, obviamente que a CDU, não tem competências na área da jardinagem, ainda não, se as tem é unicamente no âmbito sindical, se as tivesse podia desde já apresentar aqui uma proposta, limita-se a deixar o aviso. _____

Uma outra situação, tem a ver com o facto do património, sobretudo da Quinta de Cima, estar em estado lastimoso, é óbvio que isto, são competências até do governo

Amf
A
K

central, o alerta é no sentido de que, sejam reforçadas as posições da Câmara, reclamando esse património para tutela sua, isto tem a ver com uma situação muito concreta, nós fizemos, quando digo nós, é uma associação à qual eu pertenço, a Desenhando Sonhos, é uma Associação de reformados, pensionista e idosos, a propósito do Pombal, nós fizemos no Bairro do Pombal uma palestra, sobre o porquê do nome do Bairro do Pombal ao Bairro do Pombal e obviamente que isto, tem a ver com o Pombal da Quinta de Cima, nós pedimos autorização, primeiro à Câmara para que pudéssemos visitar, foi encaminhado para o INIAV, o INIAV referiu-nos que estava perfeitamente interdita a visita, demos conta depois porque obtivemos essa informação que o Pombal, está a ser usado para sem-abrigos, portanto há aqui, duma penada dois problemas, o problema dos sem-abrigo e o problema do património local e disse. _____

Já tive sinal da Mesa que excedi o meu tempo, pedia só que fosse lida a moção que deixei na Mesa para ser sujeita à aprovação da Assembleia. Obrigado. _____

— **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado por todos os contributos. Antes de ler esta proposta de moção queria dar a palavra ao Executivo lembrando a Dra. Madalena, tudo o que seja da competência do órgão da freguesia, mas que eventualmente, tenha a ver com assuntos da ordem do dia por favor que, se escusasse a comentar esses assuntos, passando apenas, ao que não está na ordem do dia. Muito obrigado. _____

— **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** _____

Vou tentar Senhor Presidente e vou tentar ser breve, começando pelo alerta que o Miguel Campos referiu, eu penso que se está a referir à Informação da Presidente que na reunião de líderes, eu tinha logo alertado que não conseguiria mandar em tempo útil, com certeza que não iríamos chegar ao fim, mas de qualquer forma, vamos fazer um esforço para que as coisas sejam remetidas com o tempo que está

previsto no regimento, foram enviados também algumas retificações, enfim, a agenda é muito grande e estas coisas acontecem. _____

Anif
S
S

Relativamente à Fátima Filipe, excesso de velocidade vamos voltar a insistir com a Câmara, para que sejam tomadas medidas e o acesso à praia de Santo Amaro, eliminar a zona da marginal, é uma informação que foi dada numa visita que o Senhor Presidente da Câmara, fez com vários dirigentes e elementos do Executivo da Junta, o estudo está numa fase muito preliminar, ainda não se sabe o que é que vai acontecer, mas foi dada essa nota à imprensa, à comunicação social que estava presente, como um objetivo futuro da Câmara de dar continuidade ao jardim e de o elevar ou submergir a marginal, mas não foi feita qualquer referencia aos edifícios que estão na envolvente, o que me pareceu é que não iria haver mexidas em nada, a não ser no edifício da ADO que está muito degradado e precisa obviamente, de ser requalificado. _____

Relativamente ao Senhor Carlos Ricardo, estes documentos que foram espalhados pelo concelho, são da responsabilidade da Câmara mas, posso-lhe dar conta de que há um projeto piloto no jardim municipal, através do departamento de ambiente, penso que já estará a funcionar, não tenho a certeza, para instalação de um pombal contraceptivo no jardim municipal de Oeiras, vão fazer a avaliação e depois será para aplicar, não tenho a certeza que já esteja a funcionar, posso tentar recolher informação e depois posteriormente transmitir, é um projeto piloto no jardim municipal de Paço de Arcos, peço desculpa, é em Paço de Arcos, é a Câmara que define os contornos, não lhe posso dizer mais do que isso, o jardim municipal de Paço de Arcos está no contexto urbano também. _____

Relativamente à intervenção de Nuno Gusmão, a obra Quinta do Marquês é uma obra particular, como deve saber, eu tenho uma informação exaustiva para dar, mas o Senhor Presidente da Mesa não me vai permitir que eu a leia, mas é uma informação que foi fornecida, pelo departamento de gestão urbanística da Câmara e

Am 7
[Handwritten marks]

que refere, até os antecedentes desta obra, havia direitos de edificação daquela rotunda que as pessoas chamavam rotunda, mas havia direitos de edificação, a Câmara negociou a situação e foi feita uma retificação ao alvará e todas aquelas obras que decorrem naquela envolvente, vão ter como consequência alteração do trânsito, a melhoria do trânsito e é um karma enquanto decorrem, nós sabemos disso. Se estiver interessado depois posso-lhe fazer chegar a explicação que nos foi dada pela Câmara que é muito pormenorizada, se eu for ler ultrapasso largamente os meus dez minutos que me estão destinados. _____

— **Intervelo o Senhor Nuno Gusmão do CDS/PS para dizer o seguinte:** _____

Senhor Presidente, só um pequeno reparo, a minha questão em substancia não tem que ver com isso, tem mais que ver com a pertinência da obra. _____

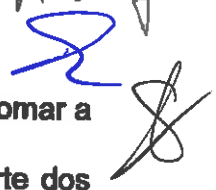
— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Senhor Nuno Gusmão se não se importa, excedeu há pouco o seu tempo, neste momento, não há interpelações. Muito obrigado. _____

— **Intervelo a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** _____

Mas penso que as obras estarão concluídas, deram-me um prazo, mas penso que antes do final do verão, não estarão com certeza concluídas, mas, aponta para final de junho, pessoalmente acho que era ótimo, mas normalmente tem tendência a resvalar um bocadinho. _____

Relativamente às questões colocadas pela Joana Santa Marta, a sugestão que fez de estacionamento, a Câmara disse que não, já deu resposta disse que não era viável, quando falou na rua 7 de junho até pensei que era em Oeiras, mas não é, é em Caxias portanto, a Câmara deu-nos a resposta a dizer que, não era possível, acho que tem toda a razão relativamente ao estacionamento irregular, que é feito pelos colaboradores da Impresa, mas eles estão a fazer um grande melhoramento do parque de estacionamento, penso que para resolverem aquela situação. _____

Aut


O encerramento da delegação de Caxias à hora de almoço, eu tive antes de tomar a decisão, o cuidado de perguntar às funcionárias que dizem que a maior parte dos dias não recebem ninguém e como isso implica custos para a Junta, uma coisa é nós estarmos a fazer serviço público e haver de facto afluência à Junta à hora de almoço, outra coisa é não haver, de qualquer forma eu vou saber, tirar isso a limpo e obviamente que, as nossas decisões quanto ao funcionamento das delegações não são irreversíveis, a qualquer momento nós podemos alterar estas decisões. ———

Relativamente ao Rogério Pereira, falou de podas excessivas, há quem defenda este tipo de podas, que são chamadas podas de talão, porque há muitas reclamações de moradores, há grupos que defendem que as árvores devem ser podadas e não impedir a entrada de sol e não invadir coberturas, algarozes, etc., e há outros cidadãos que defendem que estas podas radicais são nocivas para as árvores, aquilo que sei é que nas árvores de alinhamento em espaço urbano, a decisão da Câmara é para manter este tipo de podas, já questionámos e foi a resposta que nos foi dada, o objetivo é ter árvores de alinhamento, que não invadam, não sejam intrusivas ao nível do edificado e que sejam árvores decorativas como nós vimos por exemplo: em algumas ruas de Paris ou de capitais do norte da Europa. —————

Acho estranho que não tenham deixado fazer a visita ao pombal da Quinta do Marquês, eu própria já lá fiz duas visitas, mas não lhe posso responder a gestão é do INIAV, a única coisa que sei é que os sem-abrigo que pernoltam e que já são bastantes da Quinta do Marquês da ex. estação agronómica, atual INIAV estão a ser acompanhados pelas assistentes sociais, já se procurou alguma integração, mas, é um grupo um pouco difícil, mas estranho que tenha sido recusada a visita. ———

Pedro Marques eu peço desculpa, pôs imensas questões, a mudança que está em curso da sede da União de Freguesias, a sede em Oeiras para a fundição de Oeiras, em princípio não terá implicações no funcionamento das delegações, as delegações

Amf
Q
O

continuam abertas, é natural que se marquem dias nomeadamente, ao nível das assistentes sociais. É com procedimento habitual, marcações para atendimento, mas as delegações quer de Paço de Arcos, quer de Caxias, são para continuar, anda por aí alguma informação que contradiz isto, mas obviamente, que são para continuar abertas. _____

Relativamente aos contratos do pessoal, nós não vamos só encarar os contratos de pessoal das assistentes sociais, aliás assistentes sociais até são, para além da Dra. Mónica que é licenciada em Gestão, as únicas técnicas superiores que a União de Freguesias tem. Já está em estudo, a hipótese de regularização do que for regularizável, em função das necessidades da União de Freguesias, essa é a nossa futura etapa, é tentar arrumar a casa e resolver as situações que forem justificáveis. Soluções para o combus, desconheço, a Câmara ainda não nos solicitou nenhum parecer, nem nos chamou para nada. _____

A sugestão do grafiti ali em frente à estação de Santo Amaro, aquilo é um horror é das infraestruturas de Portugal, é uma sugestão, mas não depende de nós, depende das infraestruturas de Portugal. _____

Relativamente ao apoio jurídico, estamos à espera da proposta da Ordem dos Advogados com quem tivemos uma reunião, pedimos uma proposta, mas, até agora ainda não recebemos. _____

— **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:**_____

Muito obrigado. Não havendo outros assuntos e antes de acabar o PAOD a Mesa recebeu a seguinte proposta de moção do elemento da CDU, Senhor Rogério Pereira, o qual passo a ler:

“ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS — 11 de Abril de 2018.

MOÇÃO

Por ocasião do 44.2 aniversário da Revolução de Abril

O 25 Abril constitui uma realização histórica do povo português, um acto de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de grande adesão popular, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

Portugal, apesar dos avanços registados na reposição e conquista de direitos, necessita de uma mais lesta resposta a problemas estruturais ligados com o desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais e de fortalecimento dos serviços públicos para garantir a resposta às necessidades dos trabalhadores e das populações. O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira.

As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares.

Devam ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

Face ao exposto, a Assembleia de Freguesia, reunida a 11 de Abril de 2018, delibera:

Au J
[Handwritten signature]

Am I
R

1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma rutura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português.

2. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.

CDU — Coligação Democrática Unitária

Rogério Vidal Pereira”

Vou propor à Assembleia votação para aceitação desta moção e posterior eventual, discussão e votação. _____

A proposta foi admitida com cinco votos a favor (2 votos do PS + 1 voto da CDU + 1 voto do PAN + 1 voto do BE) e dezassets abstenções (11 votos do INOV + 3 votos do IOMAF + 1 voto do PSD + 1 voto do CDS/PP). _____

Assim sendo, a proposta foi aceite para discussão e passamos agora sim à discussão, os elementos que queiram inscrever-se para a discussão desta moção, façam o favor. _____

— Intervelo o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte: _____

Eu como capitão de abril, apoio perfeitamente esta moção, acho que está inserido nesta moção tudo aquilo que mal ou bem, todo o povo português desejaria e por isso, apoio perfeitamente a moção, principalmente na última parte desta mesma moção. _____

— Intervelo o Senhor Nuno Gusmão do CDS/PP para dizer o seguinte: _____

Senhor Presidente, só uma pequena sugestão, confesso que pelo facto, de ser lida, acho que este tipo de moções deveriam ser distribuídas a todos em papel, até para nós podermos analisá-la, porque deste modo eu confesso que, nem sequer me sinto confortável em avaliar o texto, ao fim e ao cabo, o que nós estamos aqui a fazer

nestas situações é avaliar o conteúdo de um texto simbolicamente, o que ele significa com todos os seus parâmetros e desta forma, esta câmara fica de alguma forma reduzida no seu poder de avaliação e só uma pequena palavra, o 25 de abril não pode ficar sequestrado por determinadas forças políticas, o 25 de abril foi uma conquista de todos os portugueses independentemente, do seu quadrante político. Muito obrigado. _____

— **Intervelo a Senhora D. Fátima Filipe do PS para dizer o seguinte:** _____

Naturalmente que o Partido Socialista estará a favor desta moção, no entanto, reconhecemos que a moção deveria ter sido distribuída, era muito mais fácil, para a compreensão das pessoas, da Assembleia e de se saber o que se estava a votar, para o Partido Socialista é inquestionável, mas é pertinente a questão levantada pelo colega. _____

— **Intervelo a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte:** _____

Senhor Presidente penso que os contornos da moção são obviamente, como disse o Nuno, muito válidos, obviamente que considero, não é preciso ninguém me pedir para participar no 25 de abril, faço-o por gosto e por convicção própria, mas de qualquer maneira, concordo que nós deveríamos ler com mais atenção estes documentos porque, não poderemos nunca, aprovar coisas sem ler com a devida atenção. Muito obrigada. _____

— **Intervelo o Senhor Pedro Marques do IOMAF para dizer o seguinte:** _____

Senhor Presidente, também um bocadinho no sentido dos meus colegas, isto é uma moção que tem um texto com um conteúdo político, um preambulo bastante grande, sem ler, nós quando votamos os dois pontos da moção, estamos também a aprovar o texto anterior, que eu não consegui perceber metade, se me permite a crítica, este tipo de moções tão grandes devia de ser distribuída, não me sinto em condições para poder opinar. Obrigado. _____

Anil
A

— Intervelo a Senhora D. Maria do Céu Ramalhete do IOMAF para dizer o seguinte: _____

Esta moção, para mim só percebi 25 de abril, não percebi mais nada dela, tive de estar aqui a perguntar ao meu colega, acho que devia ser distribuída assim como todas as outras que tem um texto grande, em que é lida muito rapidamente, nós precisamos de estar mais atentos e ver o que estamos a fazer, porque estamos a abster e se calhar até era uma situação importante. Muito obrigado. _____

— Intervelo o Senhor Mário Rodrigues do IN-OV para dizer o seguinte: _____

Boa noite a todos. Por todo o respeito que a bancada do IN-OV tem pelo 25 de abril e pelo seu movimento, todas as bancadas políticas, estão aqui presentes também derivado ao 25 de abril, senão, não estaríamos aqui possivelmente, mas não quero deixar de dizer e reiterar, tudo aquilo que os meus colegas de bancada disseram de facto, se a moção fosse distribuída por todos nós, era muito mais fácil de a discutir, posteriormente, principalmente o meu grande amigo Presidente falou depressa demais, nós não percebemos nada. _____

--- Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

Peço desculpa, deve ser de ouvir muitos anúncios a fármacos, as minhas desculpas por isso. _____

Neste momento, é lícito dizer que de facto, o Senhor Rogério devia ter enviado a todos a moção previamente, todavia, pareceu-me uma moção com aspeto particularmente importante, até porque estamos perto do 25 de abril, neste momento, eu penso que seria importante avançarmos rapidamente, votarmos de acordo com as nossas consciências, quer tenham percebido, não tenham percebido ou seja, neste momento, com o que tem em mão e porque foi aceite para discussão e para votação que nós avancemos rapidamente para a votação. _____

Uma ultima palavra Senhor Rogério Pereira, por favor. _____

— Intervelo o Senhor Rogério Pereira da CDU, para dizer o seguinte: _____

Só uma última palavra, eu reconheço que podia ter tratado das coisas de outra forma mas, contudo, o 25 de abril não aconteceu ontem, temos todos a obrigação de ter alguma atenção relativamente, aos textos que são lidos nesta Assembleia, porque se de um lado simplificamos processos do outro lado acrescentamos custos a processos, acho que esta moção não introduz nada de novo relativamente, digamos, a moções que anteriormente, temos apresentado com exceção do reforço da necessidade de a democracia ser defendida, prometo para a próxima pedir o apoio da Junta para fazer cópias e fazer a distribuição. Obrigado. _____

— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado. Fomos ver se é possível fazer cópias, entretanto. Vamos de imediato proceder à votação da moção. _____

A moção foi aprovada com cinco votos a favor (2 votos do PS + 1 voto da CDU + 1 voto do PAN + 1 voto do BE) e dezassets abstenções (11 votos do IN-OV + 3 votos do IOMAF + 1 voto do PSD + 1 voto do CDS/PP). _____

— **Intervelo o Senhor Miguel Campos do IOMAF para dizer o seguinte:** _____

A bancada do IOMAF absteve-se, porque efetivamente, não percebeu o conteúdo, esse foi o principal motivo, o texto era cumprido, entre votar a favor ou contra. Obrigado. _____

— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Posto isto, vamos então terminar o PAOD e vamos entrar no período dos pontos da ordem do dia. Tendo em consideração que as atas constantes dos pontos um e dois, foram enviadas e submetidas à aprovação prévia por parte de todas as forças aqui presentes, penso que eventualmente, poderá ser possível passar de imediato à votação deste dois pontos, inibindo-nos de estar em mais discussões. Estou a ver que, pelo menos um dos elementos acha que assim não o é e, portanto, vou dar a palavra ao Senhor Rogério Perelra. _____

— **Intervelo o Senhor Rogério Perelra da CDU, para dizer o seguinte:** _____

Anil

É unicamente para pedir que se altere na página dois da ata numero três, a referencia à CDU como sendo "*Centro Democrático Unitário*", no dia em que a CDU pertencer ao centrão, eu peço a minha demissão. _____

— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado, está feito o reparo. Faz favor Senhor Nuno Gusmão. _____

— **Intervelo o Senhor Nuno Gusmão do CDS/PP para dizer o seguinte:** _____

Senhor Presidente, apenas para fazer aqui um reparo, faço já aqui uma "mea culpa", até porque não me encontrava no país aquando da reunião preparatória desta Assembleia, durante o mandato anterior, eu creio que, assisti aqui a algumas Assembleias e nós verificámos, até pelo adiantar da hora, a hora a que as Assembleias são feitas, pela Intervenção do público passámos sucessivamente de continuações em continuações de Assembleias, parece-me a mim e não sei se irá acontecer exactamente, o mesmo com esta, depende da hora a que se conseguir terminar o decimo terceiro ponto, será que ainda será em horário útil, quer-me parecer a mim que o que aconteceu no mandato anterior, era algo que não deveríamos ter como exemplo para este mandato, ou seja, passarmos de continuações em continuações de Assembleias de Freguesia e digo isto, porquê, é obvio que, podemos e certamente que a condução dos trabalhos, o Senhor Presidente tentará atalhar aqui o mais possível para ganharmos aqui algum tempo, eu compreendo isso, mas nem sempre isso será possível e no meu entendimento, eu creio que treze pontos, embora nós possamos ver que alguns dos pontos serão rápidos, para uma Assembleia. _____

— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Peço desculpa, mas não estou a perceber o que é que isto tem a ver com o ponto um e dois. _____

— **Intervelo o Senhor Nuno Gusmão do CDS/PP para dizer o seguinte:** _____

Amf
[Signature]

Não, isto não tem nada a ver com o ponto um e dois, Senhor Presidente corrija-me nós estamos em que ponto da Assembleia? _____

— Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

Estamos neste momento exatamente, a tentar entrar no ponto um e dois e o que Senhor me está a dizer, não tem nada a ver com o ponto um e dois. _____

— Intervelo o Senhor Nuno Gusmão do CDS/PP para dizer o seguinte: _____

Não, não tem nada que ver, tem a ver com a condução da própria Assembleia. _____

— Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

Vou-lhe pedir que apenas se cinja ao ponto um e dois. Não tem um repara a fazer às atas um e dois? _____

— Intervelo o Senhor Nuno Gusmão do CDS/PP para dizer o seguinte: _____

Não tenho. _____

— Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

Obrigado. Assim sendo vamos tentar já proceder à votação por braço no ar, no que diz respeito ao ponto um da nossa ordem do dia. _____

1. Aprovação da Ata nº 02/2017-2021; _____

Foi aprovada por unanimidade dos vinte e um presentes. _____

Passamos ao ponto dois. _____

2. Aprovação da Ata nº 03/2017-2021; _____

Foi aprovada por unanimidade dos vinte e um presentes. _____

Em relação ao ponto três, tenho uma feliz informação ao elemento do CDS, tenho a informar todos os presentes que o ponto três da ordem de trabalhos, será reagendado para outra sessão, em virtude de o mesmo, necessitar reformulação do seu texto, neste momento o ponto três: _____

3. Apreciação e Votação da Proposta AFOPAC Nº. 1/2018 - Alteração do Regimento da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias; _____


O ponto foi retirado desta ordem do Dia pelo Presidente da Mesa. _____

Seguidamente, vamos avançar para o ponto quatro. _____


4. Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC Nº. 19/2018 – Regulamento do Programa Passelos com História; _____

Vou abrir à discussão este ponto, os senhores membros que queiram dar o seu contributo. Faz favor Senhor Carlos Ricardo. _____

— **Intervelo o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte:** _____

Eu como membro ou deputado, não sei como é que chamam da Assembleia de Freguesias, tenho a obrigação de dedicar todo o meu tempo a todos estes assuntos, acontece que, oito dias antes desta Assembleia, eu recebi quinhentos e trinta e quatro páginas de documentos, para apreclar para depois vir aqui votar, este é um dos pontos que deixei para terceiro lugar e que não consegui ler. _____

— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado pelo contributo. Não havendo outros contributos dos senhores deputados desta Assembleia. vamos passar à votação do ponto quatro: _____

4. Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC Nº. 19/2018 – Regulamento do Programa Passelos com História; _____

Foi aprovada com vinte votos a favor e uma abstenção (1 voto do PAN). _____



Assim sendo, vamos passar ao ponto cinco: _____

5. Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC Nº. 40/2018 – Tabela de Taxas e Licenças; _____

E vou de imediato, dar a palavra aos elementos que queiram inscrever-se para discussão. Faz favor Joana Santa Marta. _____

— **Intervelo a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte:** —

Muito obrigada Senhor Presidente, relativamente à proposta de deliberação nº. 40, tenho realmente algo a dizer, na introdução e no desenvolvimento, especialmente no ponto em que o Executivo da União das Freguesias, nos vem propor um tratamento

Amf



de exceção para um dos nossos inquilinos, tratarei assim, porque são três ou quatro lojas em Caxias, cujos arrendatários tem uma tabela por m2 e temos uma questão há alguns anos com um dos nossos inquilinos, por assim dizer, para facilitar a explicação, este inquilino que agora a União de Freguesias vem propor que seja reduzido o seu pagamento, nós não podemos concordar com isto, peço imensa desculpa, mas realmente, eu não concordo com tratamentos de exceção e de desigualdade. _____

A alegação de que a autarquia deve suportar os custos de gestão de um estabelecimento levanta uma questão de injustiça em relação às empresas ou comerciantes que se encontram na mesma situação e no mesmo local. _____

O fundamento para a decisão leva a que qualquer um pode a partir de agora solicitar a isenção ou a redução de contrapartida alegando dificuldades financeiras ou mera igualdade de tratamento. _____

Aceita-se que os resultados da gestão sejam reais, mas não faria sentido, sugerir um novo modelo de gestão alargando horários, diversificando a oferta e satisfazendo os clientes como, por exemplo alargando o serviço ao jantar. Rentabilizando assim, adequadamente, o espaço contratualizado. _____

Com uma decisão desta natureza qualquer entidade como por exemplo o novo prestador de serviços do Bar da Praia (também apreciado nesta sessão) para justificar futuras perdas financeiras e requerer com o mesmo fundamento familiar e de gestão que a autarquia aceite uma redução de renda ou um perdão parcial de pagamento contratado. _____

As alegações sociais são justificáveis mas não podem cobrir e muito menos premiar uma situação em que o empreendedor não evidencia qualquer capacidade para explorar, manter ou até gerir os seus resultados. Cumprindo assim as suas obrigações contratuais. _____

Ani +
R

Mais ainda quando estamos perante um arrendatário que, já usufrui de condições de exceção desde 2008 e mesmo assim não alterou a sua forma de atuação e não foi capaz, nunca, de cumprir as suas obrigações _____

Q


Mas como se espera que um estabelecimento que teve os afirmados 14 mil euros de prejuízo possa agora com um perdão na ordem dos cerca de 8 mil euros, voltar a uma situação normal? _____

Ou seja, não só não resolvemos o problema, como abrimos um precedente de proporções incalculáveis e socialmente injustas, assim podemos estar apenas a aplicar um penso rápido em cima de uma fratura. _____

O PSD assim, entende que se deve atender a situações justas e devidas, com natureza excecional. Mas entende que se deve ser exigente para não ser permissivo e criar outras injustiças relativas que propiciam este incumprimento, daí nós não podemos de modo algum concordar e compatuar com esta alteração, muito obrigada. _____

— Intervêio João Freire do IN-OV para dizer o seguinte: _____

Boa noite a todos. Em relação a esta situação de facto, em 2009 e 2013 fazia parte da Junta de Freguesia de Caxias e já era um ponto crucial, em relação a este novo Executivo trazer aqui uma proposta para colocar na tabela de taxas, que era algo que também na altura já eu indicava que deveria lá estar refletido e como indicou aqui a colega, desde há dez anos atrás, que esta situação vem para cá, sem qualquer informação na tabela de taxas, sem vir a uma Assembleia para ser discutido e informado a todos, acho que neste momento e tendo aqui, esta proposta de deliberação e esta indicação de algo que já vem há dez anos para cá, acho que é uma situação que este Executivo há seis meses que está à frente, acho que poderíamos também aguardar, para este próprio Executivo ter uma perceção diferente, perceber qual é a forma de trabalhar do próprio espaço, tenho a ideia que ainda não tem a perceção real e total e no fim para além disso, também acho que,

A. f.


não deveria ser verificada a situação por lojas, uma loja é um restaurante, uma loja de comércio é uma loja de comércio, são duas situações completamente diferentes, agora, acho que daqui a um ano deveria ser verificada a situação no seu todo, mas temos que dar tempo ao tempo e em relação a este espaço felicito o Executivo, por estar a colocar na tabela de taxas, o que tem sido praticado nos últimos dez anos e não tem sido colocado. Obrigado. _____

— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado. Senhor José Carlos Oliveira por favor. _____

— **Intervelo o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** _____

O Partido Socialista está de acordo com a intervenção dos colegas e além disso, embora com as preocupações que segundo o documento do Executivo, serão de grande impacto social, uma vez que aquela família depende exclusivamente daquele negócio, isso realmente levanta-nos alguns problemas, evidentemente que sim, outro problema que nos levanta é quando começamos a analisar as coisas e para além de subscrever as palavras dos colegas que intervieram antes, o que é importante aqui perceber é a dimensão do passivo acumulado daquela empresa que são quatrocentos e tal mil euros, eu não compreendo como é que aquela empresa está a operar e como é que este Executivo pode deixar de fazer, eu diria mais do que se propõe fazer, porque não nos satisfaz a proposta mesmo que não explicita do Executivo, eu acho que não há condições para aquela empresa continuar a trabalhar ali, mais ainda com os argumentos muito bem, muito bem focados de que o modelo de negócio, nunca foi alterado até agora e as pessoas que moram em Caxias e talvez umas outras que passam por lá de vez em quando, sabem que o restaurante poderia ter outro modelo de negócio e portanto, ter outras receitas, não tem, nunca teve, o Partido Socialista não vê condições para aquela empresa continuar ali, o que nós propomos é que se abra um novo concurso para se conseguir encontrar uma outra empresa, uma outra pessoa, um empresário em

Am 7
A
X

nome individual, etc., que possa ali estar, enfim, não somos contra aquela família ali, somos contra é o modelo de negócio e as condições que os vários Executivos até hoje encontraram, isso é que não pode ser. Por outro lado, é preciso perceber que um modelo de negócio para gerar mil e seiscentos euros por mês, eu já não me refiro ao que não foi feito até hoje, pelos Executivos vários que devia ter sido feito, é altamente criticável e agora o Executivo está a tentar organizar as coisas, não nos custa nada dizer isto, antes pelo contrário, nós gostamos de sublinhar o que está a ser bem feito, o problema é que uma renda de mil e seiscentos euros para aquele espaço, tem de exigir outro tipo de restaurante, tem de exigir outro tipo de modelo de negócio, aliás, não é o momento, mas vão perceber que depois, que isso nos vai levar a outro ponto seguinte, que é a história do bar de Caxias, bom, mas para já o que estamos a tratar, não é possível aquela renda, quando se abre um concurso ou uma hasta para se atribuir aquilo, para se entregar a um explorador, o problema é que tem que se pensar nos termos, em que isso se faz, tem de ter um mini caderno de encargos, de modo a que, a nova pessoa que se candidata, perceba o que é que está a oferecer e os riscos que está a correr e portanto, mil e seiscentos euros repito, com um perdão de cinquenta por cento, não percebo esta coisa do perdão de cinquenta por cento, Senhora Presidente desculpe lá, a que propósito? Isto não bate certo, eu também quero, mas então todos os cidadãos de Portugal querem. Tenho dito. _____

— Inteveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

Muito obrigado. Seguidamente dou a palavra ao Senhor Pedro Marques. _____

— Intevelo o Senhor Pedro Marques do IOMAF para dizer o seguinte: _____

Relativamente a este ponto, vai um bocadinho neste sentido de um espaço de comércio e serviço, até pela licença não há diferenciação se é restauração ou se é outro tipo de loja, não me parece justo haver uma diferenciação, mas mesmo com diferenciação, vai por um ponto, se foi feito um estudo de valor comercial real em

Caxias, realmente os mil e seiscentos é elevado, nem no centro histórico de Oeiras se está a pagar isso por estas áreas. _____

Amil
S
8

A outra questão é se, se prevê fazer algum perdão à dívida que está para trás, não fiquei esclarecido no documento, se não, no fundo esse deficit vai agravar a falência técnica em que se encontra a empresa e se essa empresa tem condições para continuar, a minha dúvida é, uma empresa que está em falência técnica há tantos anos, das duas uma, ou não está a faturar e então, deveríamos exigir à finanças que vão averiguar, se está tudo dentro da legalidade ou então, vai continuar sem ter condições para pagar, realmente acho que é preciso rever a situação de uma forma mais global e não com uma medida avulso que é baixar a renda. _____

— Intervelo a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte: —

Só para acrescentar qualquer coisa, relativamente a isto eu diria que, a situação de exceção de baixar cinquenta por cento da renda a um dos nossos inquilinos, automaticamente teríamos que o fazer a todos para ser minimamente justo, mesmo assim, não seria justo, não tendo nós que analisar as contas das respetivas e dizer se estavam ou não em falência técnica, a questão que mais me incomoda, se assim o posso dizer, é o facto daquela empresa, sendo uma empresa que está em grandes dificuldades, não fazer o mais pequeno esforço, porque naturalmente, uma pessoa que tem um restaurante, sabe que o arrendamento não é barato, porque é assim, não se esforça minimamente, só serve almoços, peço imensa desculpa, mas eu não me sinto confortável para fazer um rebaixamento de uma renda a uma pessoa, que por razões sociais me está a pedir ajuda, mas que, do lado dele não faz qualquer esforço para que a empresa seja rentável, eu peço imensa desculpa, o facto de ser uma família, todas aquelas lojas que ali estão, são de famílias, o talho é de uma família, a mercearia é de outra família, toda a gente sustenta casas e na verdade, o que nós vemos ali, é que a pessoa não faz qualquer esforço para que consiga

Anif
B
R

cumprir e a Junta baixa-lhe a renda, não podemos concordar com isto, peço imensa desculpa. _____

— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado. Senhor Nuno Gusmão por favor. _____

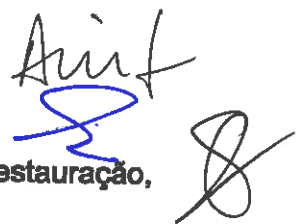
— **Intervelo o Senhor Nuno Gusmão do CDS/ PP para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado Senhor Presidente. Eu face a tudo o que aqui foi dito, praticamente subscrevo na íntegra, tirando algumas informações, até porque eu acho que, a iniciativa privada deve viver por si só, a menos que sejam situações enquadradas no âmbito social e que mereçam algum tipo de apoio, manifestamente não é o caso, se fosse eventualmente, uma associação de cariz cultural que pudesse prestar outros serviços, até poderia ir por aí. Agora, eu não quero entrar por um carácter demasiado moralista, mas parece-me, até porque o histórico a isso indica, que há passivos acumulados, eu não entro na questão do modelo do negócio, porque eu também não percebo nada de restaurantes, nem quero perceber e acho que, isso deve ser entendido por quem é da área, nem acho que seja a minha função, nem a vossa, enquanto Executivo, perceber se aquilo funciona ou não, deve-se perceber se efetivamente, é algo que acresce, que traz alguma coisa de importância, neste caso para a vila de Caxias ou não, e sobretudo, acho que normalmente, às vezes é o que é preferível numa economia de mercado, onde nós vivemos e onde o setor está perfeitamente integrado, é preferível se calhar, não insistir nesta situação e permitir que outros empresários de outras áreas, não faço a menor ideia, que possam se apresentar aqui, portanto desta forma este conteúdo não merecerá a minha aprovação. Muito obrigado. _____

— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado. De seguida dou a palavra ao Senhor João Freire, lembrando que gastou cinco minutos dos seus dez. _____

— **Intervelo o Senhor João Freire do IN-OV para dizer o seguinte:** _____

Anif


Em relação ao que eu estava a dizer há bocadinho do comércio e da restauração, são duas entidades que tem legislações diferentes, só por aí e a nível de restauração obviamente que, a nível de pagamentos, a nível de necessidades que tem para o espaço, tem que gastar muito mais dinheiro do que um espaço de serviço e comércio, dando um exemplo que me esqueceu de frisar por exemplo, o vidraceiro, também é uma das lojas que lá está. Agora, obviamente que ambas estas situações, não são idênticas pelas necessidades que eles têm, para pôr o trabalho a funcionar, obviamente que era nesse sentido, que eu disse que não podemos ver ou comparar duas coisas que são diferentes, se estamos a comparar serviços e comércio com restauração, não faz sentido. Em relação ao que eu tinha dito, que deveríamos ver daqui a um ano quando existir uma visão diferente, acho que temos que ver aquele mercado num todo, é por aí. Obrigado. _____

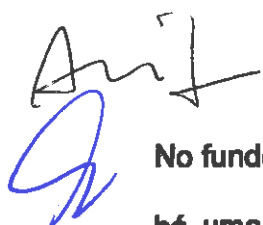

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado. De seguida dou a palavra ao Senhor Pedro Marques, relembrando que gastou cinco minutos dos seus dez. _____

--- **Intervio o Senhor Pedro Marques do IOMAF, para dizer o seguinte:** _____

Sou muito sucinto, só que me esqueci de um ponto. Aqui a minha questão é o Executivo está a cortar noutros aspetos e noutros custos, no posto dos CTT, no relatório vem a referir, a questão do pavilhão comunitário, mas depois aqui neste caso, eu penso que, se deve antes de se reduzir a renda, estudar realmente, essa questão, inclusive porque se o bar de Caxias, tem uma renda de seiscentos euros, estudar essa hipótese senão, estamos a cortar na receita, não podemos estar a cortar na despesa e depois cortar a receita, se há hasta pública, se não haveria outro arrendatário, já que este não consegue explorar o espaço, que pague o valor justo, o valor m² deve ser igual para todos. Obrigado. _____

--- **Intervio o Senhor Miguel campos do IOMAF, para dizer o seguinte:** _____



No fundo era para dizer, o que o meu colega acabou de dizer, portanto, só dizer que há uma reflexão sobre certos custos, estamos a retirar ou o Executivo pretende retirar e depois assume outros, é neste sentido de justiça e também de análise um pouco mais interna, se vale a pena ou não fazer este ajuste, compreendendo todos os argumentos humanos, mas que efetivamente, beneficiando um não se consegue beneficiar todos, efetivamente queremos poupar por um lado, como por exemplo já muito falado hoje, o posto de correios que será o nosso ponto numero dez, é mesmo uma salvaguarda. Obrigado. _____

— **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado pelo seu contributo, Senhor Rogério Pereira faz favor. _____

— **Intervelo o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte:** _____

Obrigado Senhor Presidente. Sobre este assunto eu gostaria de dizer, duas coisas apenas, a primeira é se há de facto, uma situação social, não podemos banalizar esta questão, isso deve ser apreciado, este Executivo tem toda a nossa confiança para o fazer. _____

O segundo aspeto, como é sabido nós CDU, não temos nada contra a renegociação da dívida, é conhecida a nossa posição relativamente, a renegociar-se a determinados compromissos de uma maneira perfeitamente negociável. _____

O terceiro aspeto é assim, eu não gostaria de ver a discussão de Taxas e licenças, limitadas a este ponto e antecipando digamos, a nossa posição mais uma vez, é pena que esta tabela não contenha taxas sobre atividades que deveria ser da competência da União das Freguesias e continua centralizada na Câmara, portanto, isto não é unicamente um lamento, é o pré-anúncio de que vamos tomar uma posição um bocadinho aborrecida, mas que já é conhecida, vamos votar contra, porque politicamente não reconhecemos que esta autarquia com a dimensão que tem, possa prescindir daquilo que a lei lhe permite para arrecadar mais receita. Obrigado. _____


--- **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Obrigado pelo contributo. Senhor Mário Gomes por favor. _____

--- **Intervelo o Senhor Mário Gomes do IN-OV para dizer o seguinte:** _____

Eu quero só frisar uma coisa que à bocadinha um dos fregueses aqui presentes, Senhor João Luís Crispim parece que nos disse que uma das nossas prioridades seriam as pessoas, os nossos colegas de bancada aqui ao lado disseram que era uma ambiguidade para as contas de uma coisa e as contas da outra, é assim eu acho que neste caso, acho que devíamos dar uma oportunidade às pessoas, como disse o meu colega de bancada e acho bem, acho que devíamos esperar mais um ano e ver, são contas na gerência deste Executivo e no final daqui a um ano, nós decidiremos se damos continuidade ou não, as pessoas merecem mais uma oportunidade, há aqui um caso concreto de uma família, possivelmente os empregados que lá tem, se calhar ficam sem um posto de trabalho, a situação já está difícil nos tempos que correm e as pessoas se calhar ainda ficam piores, acho que devemos olhar a este problema humanitário também, se calhar olhar com bons olhos e dar uma oportunidade às pessoas. É só. _____

--- **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado pelos contributos. Senhora D. Joana Santa Marta, tem apenas um minuto. _____

--- **Intervelo a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte:** ---

Eu peço desculpa, voltar ao mesmo assunto, eu penso que desde 2008 nós andamos a dar oportunidades ao senhor e o senhor não as tem aproveitado, no mínimo servia jantares, eu acho incrível, é uma indignação haver uma pessoa disposta a pagar seiscentos euros, por uma renda de um bar da prala que trabalha durante o verão e nós termos ali aquele dinheiro empatado, por uma família que resolve só trabalhar a meio tempo e portanto, quer pagar meia renda, desculpem, eu não acho isto normal, acho que estamos a perder dinheiro. _____

Art
G
S

— **Intervelo o Senhor Pedro Marques do IOMAF, para dizer o seguinte:** —

Só trinta segundos para perguntar se o proprietário entregou algum plano que demonstre que tem um estudo feito para reformular isto, se não é mais um dinheiro que estamos a dar, mas que não tem consequências, a não ser mesmo manter o modelo de negócio, se ele tivesse a boa vontade de fazer essa proposta. Obrigado. -

— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** —

Obrigado pelo contributo. Senhor Nuno Gusmão última questão. —

— **Intervelo o Senhor Nuno Gusmão do CDS/ PP para dizer o seguinte:** —

Senhor Presidente, não é uma questão. É um pouco dando aqui, da minha parte e eu sou sensível às questões sociais e percebo aquilo que disse, agora, o histórico e a própria atividade em si, não nos leva a uma questão de âmbito social, leva-nos para um âmbito empresarial, eu não critico se é má gestão, se é boa gestão, não me compete a mim, enquanto agente político meter-me na gestão, neste caso até de uma empresa se é de âmbito familiar ou não do foro privado, porque certamente, essa empresa também não gostaria que nós nos metêssemos no âmbito de impostos, etc., e portanto acho que, nós devemos analisar a questão no âmbito empresarial e é uma atividade que não é uma atividade recente, não é uma atividade de cariz social, não é uma atividade no âmbito de solidariedade, é uma atividade tipicamente comercial e pelo que percebemos, acumula sucessivamente passivos, se podemos ser sensíveis à outra questão social da própria família, não podemos deixar de ser insensíveis à questão empresarial que está aqui subjacente e é basicamente por isso, que eu não posso concordar. —

— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** —

Obrigado pelo contributo. Senhora D. Fátima Filipe por favor. —

— **Intervelo a Senhora D. Fátima Filipe do PS para dizer o seguinte:** —

É só uma pergunta à Senhora Presidente se eventualmente, tem alguma explicação que possa ser razoável, no sentido de se manter esta situação, porque de facto, isto

Audi
8

é comum a todas as bancadas, esta é uma situação que se arrasta há demasiado tempo e que ninguém compreende, deve haver alguma razão para se tentar prolongar a agonia por mais algum tempo, precisávamos de ter aqui alguma explicação para esse facto, tanto mais que, as situações não são iguais, não vamos misturar o que é diferente, claro que os CTT de Nova Oeiras é uma questão legal do ponto de vista do contributo para uma empresa privada, mas indiretamente esta se quisermos levar ao limite pode configurar uma coisa muito semelhante e portanto, a Senhora Presidente deve ter alguma razão para querer prolongar esta agonia e agradeçia que esclarecesse. Obrigado. _____

— Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

Não havendo mais pedidos de uso da palavra, vou passar a palavra ao Executivo para eventuais esclarecimentos, Dra. Madalena tem dez minutos para tal. _____

— Intervelo a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: _____

Muito obrigada Senhor Presidente. Eu fico perplexa com algumas intervenções de algumas senhoras e senhores, principalmente daqueles que já vem do passado, este restaurante foi concessionado em 2008, quando aquele edifício foi construído para mercado municipal de Caxias, o concessionário nunca pagou a renda que está estipulada na tabela de taxas e licenças, nunca pagou porque sempre pediu redução, que ele chamou carência. Pede carência, não pede redução de renda, mas de facto, nunca pagou a taxa que está estipulada na tabela de taxas e licenças e que, foi aprovada quer pelos anteriores Executivos, quer por esta Assembleia, ora, como sabem, não se fala nisso na proposta de deliberação, mas, o Executivo não pode alterar um valor que é aprovado na Assembleia de Freguesia, mas o que é facto, é que comunicou em diversos anos, e em diversas situações a esta empresa a autorização da redução da taxa e essa redução teve efeitos até 31 de dezembro de 2017, devo dizer-vos que a partir de 1 de janeiro de 2018, obviamente, que o que é aplicado é a tabela de taxas que está em vigor. Tive várias reuniões com ele e até

Arif

com o contabilista dele, diz que já tentou abrir à noite, diz que não tem ninguém, não tem clientes e não tem qualquer possibilidade de pagar mil e seiscentos euros, nós estamos a falar de uma zona que era para mercado, funciona como restaurante, ele alega que teve que fazer um grande investimento para o restaurante estar aberto e ser licenciado, não tem qualquer hipótese de pagar os mil e seiscentos euros que estão na tabela de taxas e licenças. Aquilo que se propõe aqui, é dar-lhe oportunidade para ele e a família dele, os empregados que tem desde a cozinha até os que estão na sala de refeições, pelo que percebo, é uma família que vive daquela atividade e portanto, dar-lhe a oportunidade de ele regularizar a situação da dívida que tem connosco, desde janeiro de 2018, porque o que está para traz os anteriores Executivos assumiram não tive conhecimento que qualquer Assembleia de Freguesia, de regularizar-se esta situação de redução/ "carência" de taxa. O que se pretende é viabilizar a situação da família que vive daquela exploração. Obviamente que se a Assembleia de Freguesia entender despeja-se, vamos para tribunal despeja-se e temos mais seis, ou sete ou oito pessoas no desemprego, portanto, foi a forma que nós Executivo encontramos para durante um ano, resolver a situação. Daqui a um ano a situação será revista e virá à Assembleia de Freguesia uma nova proposta para resolver esta situação. Eu não proponho ao Executivo nenhuma proposta de deliberação, para reduzir rendas que alterem a tabela de taxas e licenças, nem neste caso, nem em nenhum outro caso, a tabela de taxas e licenças é para ser cumprida, tudo o que posso explicar está vertido na proposta de deliberação e obviamente que, o senhor tem a situação com as finanças regularizada, tem um plano de pagamentos das verbas que tem atrasadas com a segurança social, tem uma negociação em curso, o que se passa é isto, é estritamente aquilo que está na proposta de deliberação é aquilo que acabei de vos transmitir. _____

— Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

Obrigada. A senhora deputada teve as várias oportunidades, tem um minuto. 

— Intervelo a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte: —

Muito obrigada Senhor Presidente. A maneira como a Senhora Presidente nos coloca as coisas, faz de nós uns vilões e no fundo, nós só estamos a cumprir aquilo que está na lei e só estamos a pedir para que seja cumprido aquilo que está na lei, a Senhora Presidente puxa-nos ao sentimento e coloca-nos com ar de vilões que vamos por quatro ou cinco pessoas no desemprego, desculpe, não acho justo fazer-nos isso, obviamente, nenhum de nós o quer, mas se qualquer um de nós não pagar a renda de casa o senhorio não nos vem com isso, qualquer um de nós que tenha comercio tem de pagar a sua renda Senhora Presidente, haverá aqui com certeza, colegas nossos e pessoas do público que tem rendas e dificuldades em pagá-las, porque na verdade o restaurante está sempre cheio à hora de almoço, Senhora Presidente.

— Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: —

A senhora não está a fazer um pedido de esclarecimento, nem nada, está neste momento, novamente a intervir em debate.

— Intervelo a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte: —

Estou-me a sentir um vilão, depois do que a Senhora Presidente disse.

— Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: —

Neste momento e como já não há mais debate, vamos proceder de imediato à votação.

— Intervelo a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: —

Só um esclarecimento eu não classifiquei, não adjectivei a nenhum membro desta Assembleia como um vilão. Obrigada.

— Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: —

Se assim o fizesse eu tinha chamado a atenção. Neste momento não há diálogo, neste momento vamos a votações, por favor.

Anif
Ch
8
5. Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC Nº. 40/2018 – Tabela de Taxas e Licenças; _____

A Proposta da UFOPAC Nº. 40/2018 – Tabela de Taxas e Licenças foi aprovada com onze votos a favor (IN-OV), quatro abstenções (3 votos do IOMAF + 1 voto do PAN) e seis contra (2 votos do PS + 1 voto do PSD + 1 voto do CDS + 1 voto da CDU + 1 voto do BE). _____

Intervelo o Senhor Nuno Gusmão do CDS/ PP para dizer o seguinte: _____

— Senhor Presidente, queria só fazer uma declaração de voto. _____

— Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

O voto já está feito. _____

— Intervelo o Senhor Nuno Gusmão do CDS/ PP para dizer o seguinte: _____

Sim, mas regimentalmente é-me permitido fazer uma declaração de voto. _____

— Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

Devia tê-lo feito antes. _____

— Intervelo o Senhor Nuno Gusmão do CDS/ PP para dizer o seguinte: _____

Não. Não Senhor Presidente, eu confesso e embora tenha simpatia pelo Senhor Presidente, eu começo a ficar preocupado com algumas questões que se vão passando por aqui. _____

A declaração de voto é muito rápida até porque não a trago escrita, apenas gostaria de deixar esta situação. _____

Neste momento, permitiu-se situação de exceção com esta aprovação no que falámos aqui todos, nada me diz a mim que não possam vir a existir outras situações de exceção, relativamente à questão que foi mencionada pela Senhora Presidente, eu apenas gostaria de, deixar nota de que ninguém gosta de ver ninguém no desemprego, isso é algo que eu penso que seja transversal a esta câmara, ninguém gosta de o fazer, mas às vezes são situações que são inevitáveis e há males que vem por bem, nada nos diz a nós, que uma situação de maior firmeza relativamente

a uma situação dessas, não pudesse criar ali uma empresa com mais postos de trabalho, em que não houvesse sucessivamente um agravar de défices que tem vindo a acontecer ano após ano. Obrigado. _____

— **Intervelo a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte:** —
Senhor Presidente só para informar que vou entregar por escrito uma declaração de voto. _____

— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____
Posto isto, passamos de imediato ao ponto seis da nossa ordem do dia _____

6. Apreciação da Proposta UFOPAC N.º. 44/2018 - Hasta Publica do Bar da Praia de Caxias; _____

Abro desde já o debate, quem quiser inscrever-se, Senhor deputado por favor. _____

— **Intervelo o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** _____
Aprez-me ouvir o Senhor Presidente, quase sempre, mas particularmente agora, até porque quando se vai ao dicionário, o deputado é aquele que tem uma deputação, nós temos uma deputação e, portanto, eu não faço questão de me chamar deputado, é só uma questão de rigor, acho piada a estas coisas, este tipo de rigor, adiante. _____

Eu relativamente ao bar da praia queria dizer o seguinte: para fazer a minha intervenção precisava primeiro de um esclarecimento, se a Mesa me permite da parte da Senhora Presidente do Executivo, é o seguinte: qual é o estado legal do edifício do bar da praia? Gostava de primeiro ter esse esclarecimento. _____

— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____
Senhora Presidente do Executivo faça favor, peço que seja sucinta. _____



— **Intervelo a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** _____
O edifício que nós designamos como bar da praia de Caxias, é da Câmara Municipal de Oeiras, está concessionado à Junta e obviamente que, antes de se fazer a hasta

Ant
A
X
pública tivemos o cuidado de pedir à Câmara, se poderíamos fazer a hasta pública para este fim, para bar de apoio à praia e obviamente à APL. _____

— Intervelo o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte: _____

Se me permitir Senhor Presidente, então agora esclarecido gostaria de intervir. _____

Tal como está o contrato são sete mais dois meses com eventuais, cinquenta e nove dias de paragens no máximo, não podem ser sessenta dias ou trinta mais trinta consecutivos, o que acontece é o seguinte: para uma renda de seiscentos euros tendo em conta a dimensão daquilo e as condições que tem, ou seja, não tem se quer capacidade de fabrico seja do que for, particularmente também do caderno de encargos que limita essa capacidade de fabrico e só permite a venda de determinados produtos, é evidente que de repente, parece que não é difícil de fazer vinte euros por dia para pagar os tais seiscentos, mas o que acontece é que, em principio a ideia não é ficar a zeros no fim do mês, é ter receita ou lucro mesmo e portanto, não vamos esperar daquele complexo em Caxias, a elevação do nível de qualidade que ele tem tido e agora disponível durante sete meses, se o concessionário assim o entender com a porta aberta a servir os cidadãos, como nós sabemos a época balnear em Portugal, não tem sete meses nem de perto nem de longe, particularmente à noite, não há condições numa zona daquelas que não tem cobertura, nem proteção nenhuma, para servir as pessoas durante a noite e prolongar o negocio. De qualquer modo, o que eu penso é o seguinte: com estes limites e neste quadro de aluguer, não há ninguém que vá ali fazer um investimento para elevar a qualidade do serviço prestado, quer dizer que se ainda por cima, pode funcionar a determinadas horas, corremos o risco de um serviço de baixo nível poder-se prolongar para a noite e gerar aquilo que nós imaginamos, ora, o Partido Socialista opõe-se a que se desça de nível ou que se prolongue o que não tem nível, em lugar de elevar o nível de estes polos que na verdade, servem em teoria o bem estar do cidadão, portanto, o que nós sugerimos é que, em lugar de uma coisa como

Anil  

esta, que foi feita e que nós não vamos impedir agora, nem vamos estragar a vida a ninguém, não pretendemos isso, mas gostaríamos que fosse tomada em conta, deveria ser feito um caderno de encargos para um investimento de melhoramento, devidamente autorizado primeiro pela Câmara, de modo a que criasse ali condições para se poder fazer um negócio de qualidade, não estou a falar de preços elevados, estou a falar de qualidade no sentido de serviço de qualidade ao cidadão, também de modo a gerar receita suficiente e esse investimento por exemplo, refletindo-se ou sendo protegido com uma carência de renda durante um tempo determinado, mas o próprio caderno de encargos deveria impor determinadas condições de investimento e níveis de serviço a atingir, ou seja, resumindo o que nós propomos, o Partido Socialista é que se trabalhe por via do Executivo, para elevar a qualidade em lugar de a mantermos ou baixarmos. Tenho dito. _____

— **Intervenção do Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Obrigado. Senhora D. Joana Santa Marta, por favor. _____

— **Intervenção da Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte:** —

Relativamente a este assunto, eu teria aqui algumas considerações a fazer, mas realmente tratasse de uma hasta pública o Executivo pôs um limite de duzentos e cinquenta euros por mês e foram os próprios interessados, que subiram até seiscentos euros, sou obrigada a dar o benefício da dúvida, acredito que seja possível, se os próprios empreendedores são eles próprios que estipulam a sua renda, estou em crer que eles vão cumprir o seu mandato, a questão é que o próprio contrato já está em incumprimento, o contrato é de abril, não pode estar fechado mais do que dez dias consecutivos, hoje é dia onze e aquilo continua fechado, na verdade, já estamos em incumprimento do contrato, mas a questão que eu coloco não é esta, a questão que eu coloco é, quando nós deixamos que um empreendedor faça um bar com aquelas dimensões e aquelas características, se estão a achar que conseguem pagar seiscentos euros por mês, sendo sete meses, nós só temos que

Ant
A

A

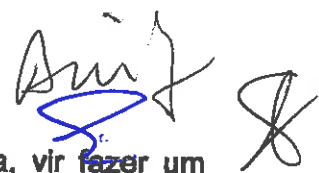
estar atentos ao cumprimento do contrato, porque se os senhores que para lá forem garantem as limpezas das casas de banho de acesso à praia, se os horários são estipulados e cumpridos, penso que a Senhora Presidente não supõe que o bar da praia esteja aberto de noite, calculo que não terão licença para isso, mas eu também não sei qual é o horário, portanto, eu gostava de saber qual é o horário de funcionamento do bar da praia e para já, tenho mesmo que dar o benefício da dúvida, não posso estar a imaginar se o serviço será bom ou se será mau, tenho que esperar que os empreendedores que escolhem Caxias tenham tão bom gosto, como nós que lá vivemos. _____

— **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado. Seguidamente, dou a palavra ao Senhor Nuno Gusmão. _____

— **Interveio o Senhor Nuno Gusmão do CDS/PP para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado Senhor Presidente. Eu confesso que fico um pouco estupefacto com algumas afirmações, se bem que compreendi que ouvindo por aqui da bancada do PS, nomeadamente do Senhor deputado José Carlos Oliveira, todos nós percebemos que no governo funciona, embora nos últimos tempos parece que funciona um pouco pior, mas funciona uma aliança tripartida entre três partidos mas realmente, vir em Oeiras quase que fazer um apanágio de uma economia planificada de empresas planificadas pela sua atividade, de todo, não me parece algo que tenha que ver com o concelho de Oeiras, nós podemos avaliar aqui uma serie de situações, agora, objetivamente estamos a metermo-nos na qualidade de um serviço privado que é oferecido, não me parece de todo de bom-tom e estou em querer que a generalidade dos colegas e do Executivo concordarão comigo, o que nós queremos aqui, é que as coisas funcionem bem, que haja empresários a gerar riqueza para o concelho, a criar empregos e que tenham lucros, agora, vimos aqui imiscuir-nos neste tipo de questões, não me parece de todo, é que se ainda fosse o colega Rogério, a falar sobre isto, eu percebia perfeitamente e compreendia, embora



esteja nos antípodas dessa questão, agora ver o partido socialista, vir fazer um apanágio disto, confesso sinceramente deixa-me boquiaberto. Muito obrigado. _____

— **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado, pelo contributo. _____

— **Intervio o Senhor Rogério Perelra da CDU para dizer o seguinte:** _____

Posso responder a esta interpelação? _____

— **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Não foi visado diretamente nesta situação, não me parece que haja aqui alguma necessidade de intervir, se não se importa. _____

— **Intervio o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte:** _____

Quem sente a necessidade sou eu. _____

— **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Eu vou dar a palavra ao Senhor Pedro Marques, por favor. _____

— **Intervio o Senhor Pedro Marques do IOMAF, para dizer o seguinte:** _____

Apenas aqui uma questão à Senhora Presidente, para quem leu o contrato é óbvio, mas quando se fala ao público, foi uma questão que me colocaram, o bar de apoio à praia, concessão, o que as pessoas me perguntam é, isto é uma concessão de praia, não é porque não tem nadadores salvadores, ou seja, eu sei que o nome do bar, é bar da praia, mas depois muitas vezes vem a informação bar de apoio à praia, ainda à bocado foi dito aqui que não é, era só esse alerta, porque realmente foi-me questionado, se aquilo é um bar de apoio à praia, não é, pronto. _____

— **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Obrigado. Dou a palavra à D. Fátima Filipe do PS, por favor. _____

Bem, o meu colega de bancada não me passou procuração, mas ele não está aqui neste momento, pretendo esclarecer o Senhor deputado que entretanto, fez o favor de sair da sala, daí não poder ouvir a minha explicação, o que o Partido Socialista provavelmente, pode não ter sido explicado claramente, mas o que pretende dizer,

Anif
A
S

eu não conheço o bar, fica desde já claro para toda a gente, que eu não conheço o local, mas vou lá para conhecer naturalmente, aquilo que me chegou é que as condições do bar são precárias, portanto a preocupação do Partido Socialista, é que a abrir um bar naquela zona, se ofereça aos munícipes e aos fregueses um bar com características de melhor qualidade, não tem nada a ver com economia planificada, foi no sentido de em próxima hasta pública ou em próximo concurso, a União de Freguesias, no fundo chamar a atenção de se poder promover um caderno de encargos que implique uma planificação do espaço, foi esse o sentido da intervenção do meu colega de bancada e tenho pena que o colega do CDS não esteja aqui para ouvir, que pelos vistos não percebeu nada do que foi dito, muito obrigada. _____

— Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

Muito obrigado. Não sei se o Executivo pretende dizer mais alguma coisa, por favor Senhora Presidente. _____

— Intervelo a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: _____

É muito rápido Senhor Presidente. É só lembrar os senhores membros da Assembleia de Freguesia e particularmente o público, aquilo de facto, como bem disseram não é um bar de praia, é uma instalação que está feita próximo do túnel de acesso à praia de Caxias, para lembrar também, que era uma grande aspiração das pessoas de Caxias, que houvesse ali uma atividade para quando vão para o passeio marítimo e quando vão para a praia, no verão, terem ali um ponto onde possam comprar umas águas, uns sumos, umas sandes, aquilo são umas instalações muito precárias, não pode haver ali confeção tem que ser snacks, comidas pré feitas, aquecimentos e dizer também que, lembrar que o ano passado foi feito um caderno de encargos, ficou deserto, portanto o bar da praia, com muitos lamentos que nos chegaram recentemente particularmente no início deste ano, não abriu para dar apoio às pessoas que por ali passam. Quero também dizer que foi

Aimã
S
J

nossa preocupação, antes da hasta pública, mostrar as instalações às pessoas que se queiram candidatar para que ninguém fosse apanhado desprevenido, as instalações são precárias não tem nada, não tem uma arca frigorífica, nem qualquer equipamento. Houve uns melhoramentos que foram feitos pela Câmara, ao nível das paredes e do chão, muito minimalistas e obviamente que, a concessão é sazonal como já disse, o risco é inteiramente do privado e o preço base de licitação eram duzentos e cinquenta euros, portanto acho que não preciso de explicar mais nada, esta proposta vem aqui muito para dar conhecimento aos senhores membros da Assembleia de Freguesia, ela não carece de votação e portanto, é apenas para informar que o bar da praia de Caxias, em principio vai abrir proximamente. O concessionário tem o mês de abril de carência e porque houve alertas amarelos nas zonas marítimas, para não haver atividades devido aos temporais e às condições climáticas que têm sido registadas, ainda não abriu. _____

Queria também dizer que aquele espaço tem licenciamento zero, o horário é a Câmara que o fixa não é a Junta, portanto o licenciamento é feito pela Câmara e obviamente, se não tiver condições mínimas a ASAE vai lá e encerra, como todos nós sabemos. É só. _____

— Intervêlo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

Muito obrigado. Vamos passar de imediato ao ponto sete. _____

7. Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC Nº. 46/2018 – Relatório E Contas de 2017; _____

Abro desde já o debate, quem se quer inscrever. Faz favor Senhor deputado José Carlos Oliveira. _____

— Intervêlo o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte: _____

Muito obrigado Senhor Presidente. Eu faria aqui, não é porque o regimento o imponha mas faço aqui, não diria que é uma declaração de voto, mas é um reparo, frente ao que vai ser o nosso voto, que é o seguinte: nós continuamos a entender e

Anif
Q
*

isto enquadra todas as propostas, o Partido Socialista continua a entender que a delegação de competências é para se fazer e que a lei é explícita, embora não impositiva e que simultaneamente a delegação de competências não está a ser feita, no âmbito que a lei permite digamos assim, está a ser feita alguma, muito pouca, insuficiente e portanto como nós entendemos que não é possível, a Câmara Municipal de Oeiras continuar a atender cento e setenta mil cidadãos, isto é uma figura de estilo obviamente, as Juntas e a lei prevê isso, existem exatamente, não só por uma questão de proximidade, mas para a descentralização do poder e, estes dois fatores conjugados, a descentralização do poder e a proximidade, fazem com que a delegação de competências permita as juntas responderem rápida e eficazmente com a sua gestão própria aos problemas dos cidadãos e além disso, contribuir para elevar o nível de vida e bem estar de todos os cidadãos, tal como está feito, o Senhor Presidente da Câmara insiste em não fazer a delegação de competências, a Junta aceita ou tem de aceitar, o que é facto, é que nós não podemos concordar nunca, com este tipo de propostas de deliberação ou com este tipo de documentação, não concordamos porque não é maneira de governar uma Freguesia ou uma União de Freguesias, que tem quase cinquenta e oito mil habitantes, não é possível com esta delegação de competências que está a ser feita, não é possível governar e portanto, quaisquer contas que sejam apresentadas, eu devo dizer que estive a ler os relatórios e as contas e que não sendo a minha área de especialidade, não tenho nada a apontar, o Partido Socialista não tem nada tecnicamente a apontar de facto, mas tem a apontar sim, politicamente, naturalmente vamos votar contra. Muito obrigado. _____

— Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

Muito obrigado. Senhor Rogério Pereira por favor. _____

— Intervelo o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte: _____

Amf
Z
J

Eu não percebi bem a intervenção do Partido Socialista, porque julgo que está deslocado do ponto sete, estamos a apreciar e a votar o relatório e contas, se eu bem entendo, esta intervenção situar-se-ia bastante melhor, no ponto em que se vai fazer a proposta e a discussão da 1ª. Revisão Orçamental, de qualquer forma, isto indicia uma percepção em que a CDU subscreve inteiramente, aquilo que a bancada Socialista acaba de dizer, só que na compreensão de que a responsabilidade sobre a gestão recalou sobre dois meses e meio, não era espectável que este relatório e contas fizesse refletir a questão da delegação de competências, sobre a questão em apreço eu unicamente anotaria que as contas de dois mil e dezassete são fechadas com um grau de execução, eu diria do lado da despesa péssimo, setenta e seis por cento o que significa que haveria situações que seria interessante que a Junta e o seu Executivo despendesse algum apoio, nomeadamente, no âmbito das entidades que atuam quer na área social, quer na área cultural e até mesmo na desportiva e do lado da receita, um pouco superior a justificar um saldo que quanto à CDU não se justificaria, esse saldo é na ordem dos vinte e quatro mil euros, não estou a pôr propriamente questões, estou a pôr a nossa posição relativamente a este documento de encerramento das contas de dois mil e dezassete. Disse. _____

--- **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado. Senhor deputado, agradeço que seja muito sucinto por favor. _____

--- **Intervelo o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** _____

Brevíssimo. Eu agradeço a intervenção do meu colega, deputado Rogério Pereira normalmente, agradam-me as intervenções que ele faz, neste caso, também me agradou, só que é uma exceção ele está enganado, agradeço o concelho mas é despropositado, porque a execução de setenta e seis por cento, devesse ao Executivo não ter e teria por via da delegação de competências, as pessoas suficientes e os técnicos suficientes para poder executar, é que a Junta para além de não ter as competências todas que devia ter com os meios humanos, meios

Arif
G
K

financeiros, etc., aqui também não tem, mesmo com esta pequena delegação de competências e portanto, não consegue executar, não conseguirá nunca, mesmo com tão pequena delegação de competências e portanto, sim, é justificado desde já trazer a delegação de competências, que é o cerne de toda a questão se não continuaremos a ser irrelevantes, perdoem-me. Muito obrigado. _____

— **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado. Senhor Mário Gomes por favor. _____

— **Interveio o Senhor Mário Gomes do IN-OV para dizer o seguinte:** _____

Eu quero só lembrar e o colega da CDU acabou de o fazer também, que esta prestação de contas é referente ao ano de 2017, isto, portanto, diz vigência do anterior Executivo, nós tomámos posse em outubro, relembro e peço ao Executivo que face ao exposto e às contas aqui presentes que façam o melhor que souberem e puderem no preparar deste ano que já começou e que de facto, dê prioridade a tudo o que é de bom para o nosso concelho. _____

— **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado. Se mais nenhum elemento quer intervir, vou dar a palavra ao Executivo. _____

— **Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** _____

Senhor Presidente, é só para pedir uma retificação aos elementos da Assembleia de Freguesia, porque na introdução o terceiro parágrafo, na sexta linha, há um erro e o erro, não são cento e quarenta e quatro mil euros, há aqui um erro que vai ser retificado são cento e catorze mil euros, depois no quadro está correto, mas aqui está errado quando se fez o descritivo está errado, eu gostava de fazer esta correção. Obrigada. _____

— **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Assim sendo vamos passar desde já à votação. _____

Amíl
[Handwritten signature]

7. Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC N.º. 46/2018 – Relatório E

Contas de 2017; _____

Foi aprovada com quinze votos a favor (11 votos do IN-OV + 3 votos do IOMAF + 1 voto do PSD), dois votos contra (2 votos do PS) e quatro abstenções (1 voto do CDS + 1 voto CDU + 1 voto PAN + 1 voto do BE). _____

Passamos desde já ao próximo ponto: _____

8. Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC N.º. 47/2018 – 1.ª. Revisão Orçamental às Grandes Opções do Plano de 2018; _____

Que proponho desde já ao debate e aceito as inscrições pelo uso da palavra. Não havendo ninguém interessado em usar da palavra, pergunto ao Executivo se tem algo a dizer neste aspeto. _____

— Intervelo a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: _____

Muito obrigada Senhor Presidente. Está explícito na proposta de deliberação, acho que está claro, não tenho mais nada a acrescentar, obrigada. _____

— Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

Muito obrigado. Então passamos à votação. _____

Foi aprovada com dezasseis votos a favor (11 votos do IN-OV + 3 votos do IOMAF + 1 voto do PSD + 1 voto do CDS/PP), três votos contra (2 votos do PS + 1 voto da CDU) e duas abstenções (1 voto PAN + 1 voto do BE). _____

— Intervelo o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte: _____

A CDU pretende fazer uma declaração de voto, entregarei depois de ler. _____

“ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OEIRAS E S.JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS — Ponto 8 - Votação da 1.ª. Revisão Orçamental

Declaração de voto

Anif
2
S

A presente proposta de revisão orçamental tem como pressuposto acertos contabilísticos decorrentes de desvios às previsões iniciais inscritas nas GOPs, cuja necessidade reconhecemos.

Contudo elas não traduzem qualquer alteração ou inflexão nas orientações de gestão financeira e, assim, irá manter-se o subfinanciamento das actividades básicas para suprir minimamente as necessidades da freguesia e, muito menos traduzem, as alterações de reforço financeiro que decorreriam da aplicação da Lei 75/2013 em matéria de Delegação de Competências.

Porque a situação só se alterou no sentido da confirmação e agravamento destas situações, a CDU votou contra.

Oeiras, 11 de Abril de 2018 CDU - Coligação Democrática Unitária

Rogério Vidal Pereira

CDU

— Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

Muito obrigado. Sendo assim, vamos passar de imediato ao ponto: _____

9. Apreciação da Proposta UFOPAC Nº. 48/2018 – Inventário, Direitos e Obrigações Patrimoniais da UFOPAC; _____

— Abro desde já o debate os senhores elementos que queiram participar, por favor.

Não havendo intervenções, assim sendo vamos passar ao ponto número dez. -----

10. Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC Nº. 51/2018 – Denúncia do Contrato de Prestação de Serviços do Posto de Correios de Santo António de Nova Oeiras; _____

Antes de abrir o debate relembro todos que são onze horas e dez minutos da noite e desde já, abro o debate e peço por favor que façam as vossas inscrições. Muito obrigado. _____

Pela sequência que eu tenho aqui e quem se tentou inscrever e não está aqui por favor diga, Miguel Campos, Pedro Marques, José Carlos Oliveira e Rogério Pereira, Mário Gomes e Fátima Filipe. _____

Começamos por dar a palavra ao Senhor Miguel Campos. _____

— **Intervêlo o Senhor Miguel Campos do IOMAF para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado Senhor Presidente. Antes de mais, já hoje pelo público foi aqui falado este tema do posto dos correios, CTT de Nova Oeiras, eu queria só fazer aqui uma passagem àquilo que esta proposta de deliberação do Executivo refere com o passado também deste processo. Efetivamente este processo iniciou com alguns percalços foi largamente debatido, não vamos aqui voltar a esta questão na Assembleia, mas há aqui dois ou três pontos que eu gostava de realçar, porque efetivamente foi uma batalha, uma luta e na altura entendeu-se que havia um papel social, havia um cariz de proximidade, dado à população e comprovou-se por diversas formas, que é foi um equipamento que sempre teve uma utilidade publica de grande interesse para a população local, quer isto dizer que, estes contratos foram escortinados derivado a uma queixa apresentada pela CDU, ao Tribunal fiscal administrativo de Sintra e eu na altura, fui contatado por inerência das funções que desempenhava, várias vezes por um procurador da Republica para chegarmos à conclusão se era ou não legal, fazer este contrato, efetivamente apesar de reconhecer o Procurador da Republica e esta própria Assembleia, que o contrato não iniciou bem, todo o processo a seguir foi feito com muito esforço desta Assembleia, para que o posto não fechasse e algumas das pessoas que estão aqui ainda hoje na Assembleia, alguns dos deputados e até alguém do publico que possa estar presente também, acho que mantem a mesma opinião por isso é que fizemos o esforço de não fechar o posto e de mostrar ao Procurador da Republica e ao Tribunal, que apesar do anterior Executivo ter cometido um erro processual, em termos daquilo que era a assinatura do contrato com os CTT, era do interesse

Ami
↓
↓

publico manter, apesar da ilegalidade que tinha de ser sanada, ao sanar essa ilegalidade e ao ter o reconhecimento do procurador da Republica que efetivamente, era possível continuarmos a trabalhar com o posto dos correios, tinha sido corrigida a ilegalidade, altera-se o Executivo, portanto há eleições, chegamos aqui e temos esta proposta que é naturalmente legitima, qualquer Executivo poderá apresentar, aquilo que eu digo é que, a diferença entre o anterior mandato e este, em termos do papel social que desempenha, acho que não existe, a diferença quer dizer, é que não há diferença ele continua a ter um papel importante, a questão jurídica que vem aqui referida nesta deliberação, eu acho que mais uma vez é subjetiva na medida em que, a anterior analisada pelo procurador da Republica era uma matéria diferente daquela que estamos aqui a falar mas, corroborou a legalidade do processo, a legalidade do processo no entendimento da forma de estabelecer o contrato com os CTT, aqui o que se vem buscar e o que se procurou foi mostrar uma ilegalidade devido à mudança de Instituição que os CTT tiveram, devido à alteração comparando com o posto de Caxias, em alturas diferentes e portanto, eu penso que há aqui sempre a possibilidade de legalmente encontrar sempre uma forma de que algo que é legal ou ilegal e portanto, conseguiu-se provar ao Procurador da Republica e ao Tribunal que era legal da forma como se fez, e por isso nós tivemos o OK, o processo foi arquivado derivado à queixa apresentada pela CDU na altura e neste momento, eu penso que mais do que a questão legal é a questão da utilidade, nós temos aqui uma Associação de moradores que representou e bem os moradores daquela zona, sei que outra Associação também contactou o Presidente da Mesa, não sei se teve oportunidade de ver ou de receber mas também, a associação de moradores da Quinta do Marquês também referiu e portanto, eu acho que quando a população nos alertas nos diz, quando a associação de moradores ela também representativa, ela também com direito que a legislação prevê, com direito a pronunciar-se sobre certos assuntos e fê-lo aqui, uma delas na intervenção do



publico, eu penso que se devia refletir e que se devia pensar e se tantos sinais de alerta há, é porque efetivamente o equipamento poderá fazer sentido, é um custo para a Junta é verdade, é uma opção muitas vezes que se tem que tomar política e este Executivo, poderá quere-la tomar e já apresentou que quer tomar desta forma.- Eu fiz esta passagem um pouco pelo passado, por uma questão também de coerência, porque muito batalhamos para que este posto não fechasse e naturalmente, com alguma tristeza e com a perspetiva que não estamos possivelmente a conseguir cumprir com tudo aquilo que era desejável, mas as opções tem que ser feitas é verdade, mas a nossa perspetiva é contrária não queríamos deixar de referir esta pequena resenha, um bocadinho também histórica, mas também um bocadinho da sensibilidade que temos das pessoas, daquilo que as pessoas nos dizem, penso que isso conta e conta muito. Obrigado. _____

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado. Dou a palavra ao Senhor Pedro Marques. _____

--- **Intervio o Senhor Pedro Marques do IOMAF para dizer o seguinte:** _____


Continuando aqui o meu colega Miguel fez a resenha histórico, eu vou aqui com questões mais concretas, tenho dúvidas na questão da legalidade, lendo o parecer não há em sitio nenhum, nenhum ponto que refira claramente que o contrato é ilegal, até porque é uma análise abstrata, porque no fundo sempre se fala que isto é um serviço privado mas, o serviço universal postal ficou consagrado como um serviço publico que está concessionado a privados, o que a Junta está a fazer é facilitar um serviço publico que é o serviço universal postal, além do mais, na questão da ilegalidade tal como referido no parecer, é referido que o Tribunal de Contas poderá a titulo sucessório poder fiscalizar, nós já prestámos contas, esta União em mandatos anteriores, quando entregaram as contas ao Tribunal de Contas, já existia esse contrato, a não ser que a Senhora Presidente tenha outra informação, eu não tenho nenhuma informação de ter havido algum reparo por parte do Tribunal de



Contas de ilegalidade deste contrato, como tal, não tendo existido por parte do Ministério Público quando existiu a queixa, nem do tribunal de Contas quando entregamos as contas, fico com dúvidas relativamente à ilegalidade do contrato inclusive, como foi dito pela Associação de moradores foi um bocado aquela questão se a minha casa está a arder as outras podem arder, mas a verdade, é que nós enquanto membros da Assembleia vamos votar uma proposta, sendo alertados para isso temos que tomar isso em consideração e a realidade é, partindo do pressuposto que há uma ilegalidade aqui, também existe uma ilegalidade em Caxias, porque os contratos são iguais, mesmo que a origem seja diferente, neste momento temos contratos iguais com a mesma entidade e eu fico na dúvida se, um membro desta Assembleia ao considerar ilegal este contrato e não considerar o mesmo, o de Caxias, não poderá estar a entrar numa situação de ilegalidade, não é isso que eu defendo, não defendo ameaçar Caxias, acho é que o argumento da ilegalidade não colhe, a meu ver. _____

Outra questão que eu fiquei com dúvida, é que a informação que eu tenho é que neste momento, a funcionária que se encontra nos posto dos correios, faz parte dos quadros da União de Freguesias, no entanto, no anexo que me foi entregue hoje, diz que é um trabalhador contratado a prazo, o que muda um bocadinho o argumento, porque sendo contrato a prazo, realmente é um custo que pode ser reduzido mas, segundo a informação que eu tenho, estando lá uma pessoa que é do quadro, é um custo que não será reduzido com o encerramento do posto, o custo irá se manter, eu pergunto qual será a função social ou administrativa que poderá ser de melhor importância, realmente não é um custo, se é um funcionário do quadro, é um custo que se irá manter, apesar de ter um centro de custos, não é algo que pode ser imputado simplesmente ao posto de correios, inclusive porque poderia haver uma gestão de funcionários, porque vemos uma discrepância enorme no custo do funcionário de Caxias, para o custo do funcionário de Nova Oeiras, cerca de cinco

mil euros, a questão do deficit é um argumento na componente fixa, é o que está na proposta, estamos a falar de mais mil e novecentos euros/ ano, são mais cento e quarenta e nove euros por mês, não reduz a totalidade mas ajuda, considerando que o técnico é do quadro, acho que as contas tem que ser apresentadas nesta forma, não podem ser apresentadas como sendo um custo. _____

Outra questão, tem a ver também com o espaço, tendo sido apresentado aqui que houve uma reunião com o Senhor Presidente de Câmara e que ele se dispôs a pagar a diferença, é legítimo eu querer questionar essa questão para poder ser esclarecido e a questão do local, acho que o centro de juventude, poderá ser um estudo, além da questão de se nós estamos a fechar este posto, vamos aumentar o constrangimento que existe em Santo Amaro de Oeiras que é bastante, não há acessibilidades, além de termos uma população envelhecida, setenta por cento do movimento do posto, é fregueses que vão lá usar o posto, trinta por cento é que são de firmas tem melhores acessibilidades, o funcionário não devemos contar como custo, vai sobrecarregar Santo Amaro de Oeiras que já tem uma situação catastrófica, devíamos questionar se realmente, o centro de juventude não poderá ser uma solução, porque deixa de existir o custo do aluguer, outra solução colocada por fregueses tem a ver realmente, provavelmente, não vou de acordo com a associação de moradores, mas um dos fregueses colocaram e penso que devo colocar, que é a hipótese de este posto passar para a nova sede da Junta na Fundação de Oeiras, visto que continuará a servir uma população deslocada do centro, ou seja, ir à Fundação é mais perto para Nova Oeiras do que vir a Santo Amaro de Oeiras, tem melhores condições de acessibilidades e reduziria duas questões, não teríamos renda e a funcionária além da questão de segurança que é referida também, poderia ser rentabilizado de outra forma. Não sendo imputado os custos do funcionário a cem por cento, ao centro de custos do posto dos correios, realmente eu acredito que esta não é a melhor solução de encerrar o posto dos


correios, realmente eu acredito que não é solução encerrar o posto dos correios, devem-se procurar outras soluções antes de chegarmos a este ponto. Muito obrigado. _____


— Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

Muito obrigado. Passo a palavra ao Senhor José Carlos Oliveira. _____

— Intervelo o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte: _____

Duas questões, para além da intervenção que anteriormente fizemos e que os próprios cidadãos aqui presentes fizeram, há uma coisa que me incomoda imenso que é o termo freguês, deixa-me muito constrangido, mas de qualquer maneira há aqui duas situações, a primeira é que, não sendo eu jurista tenho algumas décadas de relações empresariais com a lei, digamos assim, portanto, não sendo repito jurista, parece-me que consigo fazer uma avaliação da análise da ANAFRE e dos pareceres jurídicos e eu na minha opinião, ela está muito bem sustentada e abre espaço, se nós a lermos como deve de ser, ela até abre espaço a duas hipóteses, duas hipóteses que são opostas, mas na verdade, depois conduz até ao final para a única hipótese que é a persecução do interesse público, é aqui a questão chave persecução de interesse público, que é uma norma legal, no artigos 3º e 4º do Código do Procedimento Administrativo, os colegas aqui que são juristas sabem melhor do que eu. Eu não me agrada nada que no plano, este é o primeiro plano, o plano jurídico e da legalidade, o outro plano é o plano de impacto social que aquilo terá e dizem-me, quem conhece ali e eu apanhei, fiquei viciado com as eleições e agora passo a vida a falar com as pessoas na rua, não consigo resistir, estou viciado e portanto é por vício, não é por interesse porque não há eleições breves, portanto, eu só estou lá é por vício e o que as pessoas me dizem é que a estação mais próxima que há ali, não é assim de tão fácil acesso como isso, que é em Santo Amaro de Oeiras, mais ainda quem não tiver carro as acessibilidades são um bocado complicadas, a mobilidade portanto e, quem tiver carro não consegue

estacionar em lado nenhum quando chega ali, isto são factos da vida, não são de seu menos importância, quer dizer que, aquele posto dos correios a funcionar ali, pode ter alguma logica de interesse social, interesse do cidadão, serviço do cidadão, eu compreendo que no quadro legal, o que é invocado conduz para o encerramento daquilo, tenho a certeza que há aqui num contrato feito de outra forma e numa fundamentação contratual feita de outra forma e a ANAFRE aponta isso, passa haver quadro legal para aquilo, portanto o Partido Socialista vai-se abster porque não quer provocar uma situação de desequilíbrio social ali, acha que está errado, o Partido Socialista acha que isso está errado, nós estamos aqui para trabalhar para a qualidade de vida dos cidadãos, não estamos para dificultar a vida, mas como o Executivo diz e muito bem, estamos aqui também e particularmente o Executivo para proteger os dinheiros que são públicos, isso é proteger o cidadão, o que eu estou a dizer por outras palavras é que há duas vias para resolver a situação, uma delas é o encerramento, mas há outra via e está no parecer, particularmente na análise da ANAFRE está lá, mais do que no parecer e portanto, nós vamos abstermo-nos simplesmente, porque não queremos provocar problemas nos cidadãos, antes pelo contrário, estamos aqui exatamente, para trabalhar para isso a favor dos cidadãos, mas compreendo e também celebro a preocupação do Executivo, também gostaria de saber e ainda ninguém me disse até agora é a quantidade de pessoas, ou seja, o volume de movimento que aquilo tem, para eu perceber quantos cidadãos se servem daquilo, isso é que eu gostava de saber comparativamente com uma estação semelhante, digamos assim e esse dado, é que me permitiria ou ao Partido Socialista, fazer o juízo final e esse dado nós não temos, pode ter dito mas eu não apanhei, se é dito eu não o apanhei. Tenho dito
Senhor Presidente. _____

--- **Intervenção do Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado. Tem a palavra o Senhor Deputado Rogério Pereira. _____


--- **Interveio o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado Senhor Presidente. Há aqui vários planos de análise, começemos pelo social, não temos duvida da necessidade de ter ali um posto ou uma estação, chame-se-lhe o que quiser, desse-lhe a dimensão que se poder, aquela população precisa mesmo de ser servida pelos correios, mas recordemos que não é uma situação singular, por todo o país têm fechado balcões e estações, isto é uma política e é exatamente, no plano político que nós queremos situar a questão, não podemos ver o serviço publico a ser delapidado e depois estarmos nós, a deitar a mão por baixo e resolver problemas que uma má política conduziu e levou a esta situação. Portanto no plano político e no plano social, porque há necessidade de uma cobertura dos correios, ela é mais que evidente, temos que fazer tudo aquilo que estiver ao nosso alcance, para a Assembleia da Republica decidir pela reversão da privatização dos CTT. -----

Sob a questão em apreço e relativamente, a Nova Oelras a questão do entendimento legal, eu diria que a queixa que apresentámos ao Senhor Procurador Geral da Republica, junto do Tribunal Administrativo, não é verdade, que tivesse por despacho o reconhecimento da legalidade, não é verdade, o que aconteceu foi que o Procurador não foi dando resposta e depois da Assembleia se ter pronunciado, então veio dar um despacho dizendo, "se o problema está resolvido, archive-se", mas é muito diferente, não houve o reconhecimento da legalidade dos atos, houve até, eu fiz a distribuição desse despacho do procurador a todas as forças politicas, estas são outras e estão representadas de modo diferente, eu voltarei a fazer circular o despacho do Procurador da Republica. -----

Por ultimo diria que, se o serviço publico está concessionado aos privados, então que sejam os privados assegurá-lo, nós não vemos inconveniente nenhum, tirando a questão política que foi a primeira abordagem que eu fiz, nós não vemos inconveniente nenhum que neste quadro e enquanto não há reversão dos correios

Anil

para entidade publica, que seja entregue a um privado a atividade, e até diria mais, se os centros sociais na consideração que a questão fundamental que está aqui colocada, é uma questão social, porque não, a rede social que temos e que é forte e que não se limite digamos, a gestos de caridade e que assuma uma responsabilidade cívica na resolução do problema posto, eu não vejo que seja matéria de discussão dizer que os correios dão despesa, dê a despesa que der, é um serviço publico, não pode ser é uma despesa suportada por uma entidade do poder local, quando a concessão é a privados, não é preciso ser advogado para saber estas coisas, eu diria mais, se este parecer da ANAFRE tivesse estado disponível na altura em que a CDU apresentou a questão junto do Tribunal Administrativo, estou certo que o Juiz teria tido outra atitude, só que na altura a ANAFRE não respondeu como nós esperávamos. Neste sentido a CDU irá votar claramente esta posição, embora haja custos sociais que julgo poderem ser ultrapassados se o serviço público que foi concessionado a privados, vier a ser suportado por uma entidade privada. Disse. _____

— Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

Muito obrigado pelo contributo. Tem a palavra Senhora D. Fátima Filipe, por favor. —

--- Intervelo a Senhora D. Fátima Filipe do PS para dizer o seguinte: _____

Eu não tenho muito mais a acrescentar simplesmente, dizer o seguinte, de facto, tudo isto resulta de uma privatização, penso que hoje em dia não há ninguém na sociedade portuguesa, que não reconheça que foi catastrófica e portanto, com os resultados à vista e que de facto, ali o colega da bancada do IOMAF disse que é um serviço publico, é, é um serviço público, o serviço é público mas é prestado por uma empresa privada portanto, há aqui uma contradição nos termos, a posição da ANAFRE é absolutamente clara, não tenho dúvidas sobre ela, no entanto, queria perguntar à Senhora Presidente o seguinte: na reunião que teve com os CTT foi proposto que eles equacionassem a hipótese eventualmente, de funcionarem os

Ant
S
[Handwritten signature]

serviços noutra local próximo, essa hipótese é real ou é daquelas, enfim. Foi uma conversa, qual é percepção da Senhora Presidente relativamente, a esta troca de informações e a esse propósito dos CTT que possam eventualmente, vir a estabelecer, é importante sabermos, de resto o problema está colocado e está colocado a montante disto tudo, que nos ultrapassou a todos, portanto subscrevo muito do que disse a bancada da CDU, esta situação é toda ela muito lamentável. —

— **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: —**

Muito obrigado pelo contributo, vou dar a palavra ao Senhor Mário Gomes. —

— **Intervio o Senhor Mário Gomes do IN-OV para dizer o seguinte: —**

Em primeiro lugar, isto é uma medida que a nível social, é difícil de tomar porque há pessoas que se servem daqueles correios, nomeadamente as pessoas mais idosas, sou uma pessoa que conheço o local, vou lá algumas vezes, curiosamente vou lá devido à minha profissão, só com empresas, pessoas privadas não vão lá, só empresas, porque são uns correios pequeninos que não conhecidos, praticamente quem conhece os correios é quem lá mora e então, muitas empresas das redondezas vão lá, porque de facto, é mais rápido serem atendidos. —

Quanto aos locais, como já disse custa-me os idosos, mas os correios de Santos Amaro de Oeiras distam a novecentos metros, mil metros, não mais que isso, parece muito longe, mas não é, são mil metros, se as pessoas forem de carro é mais longe, se forem a pé são mil metros, vão até à igreja de Oeiras, volta à direita, sobem trezentos metros estão na estação dos correios, por outro lado há os correios da Rebelva são mais longe, não vamos mandar municipais de Oeiras para Carcavelos, mas também não são muitos, qualquer das formas respondendo aqui ao colega do PS e passo a citar neste documento que aqui está, foram apresentados aos CTT três hipóteses ou a comparticipação de sessenta por cento do valor das despesas fixas e eles não tiveram de acordo, uma coisa eu tenho a certeza, se isto desse lucro eles não fechavam, depois pôs-se a hipótese de destacar um trabalhador dos CTT

Ait
2
B

de forma a reduzir os custos, eles fizeram um estudo e viram que são sessenta e sete atendimentos por dia, uma ocupação média do trabalhador de três horas por dia, de forma que isto prova que não rentável para eles e daí estarem a sacudir as despesas para a Junta de Freguesia, como se não bastasse, há um fator legalidade já todos falámos e para mim há outro fator que é o fator segurança, já pensaram se houver um assalto e desse assalto resulte uma pessoa ficar ferida, imaginem de repente, perder a vida é um risco, por outro lado há a transparência no caso que falou a CDU que é precisamente, uma empresa que tem centenas de milhar de lucro com este setor, depois está a usar dinheiros públicos para benefício próprio, eu pergunto a todos nós, se é justa esta situação, onde o dinheiro pode ser aplicado para causas sociais. _____

— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado pelo contributo. Vou passar a palavra à Senhora deputada Joana Santa Marta, por favor. _____

— **Intervelo a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte:** —

Relativamente a este assunto tem uma vertente social muito grande, estarmos aqui a tomar uma decisão de um encerramento ou não do posto, a sensação com que eu estou depois desta discussão é que, não tentámos tudo aquilo que podíamos tentar antes de fazer o encerramento, ou seja, ouvi do público há bocado uma sugestão que me agradou bastante, tentar ver se seria possível que a Câmara Municipal nos cedesse umas instalações no centro da juventude, para que possamos passar para lá, a sugestão de fazer na nova sede da Junta de Freguesia, um posto dos correios agrada-me bastante, porque é uma maneira que as pessoas podem tratar de mais do que um assunto ao mesmo tempo e serve a população de Nova Oeiras com todas as capacidades e mais toda a outra população de São Julião da Barra, também poderá usufruir desse serviço, por outro lado, concordo com a Senhora Presidente, nós não temos que sustentar isto, é uma situação que me causa

Amf
Ar
K

bastante incomodo, a segurança é complicada, se passar para a Junta já não temos a questão da segurança, o funcionário também deixa de ser um problema, eu penso que neste momento, eu não me sinto em condições de garantidamente dar uma opinião e fazer com que o meu voto seja preponderante no encerramento, a minha proposta seria retirarmos este ponto, estudarmos e perguntarmos à Câmara Municipal, se realmente vê alguma possibilidade de nos ceder alguma instalação no centro de juventude ou mesmo na sede da Junta, penso que seria uma solução que nos seria bastante agradável, por isso, proponho que se retire o ponto que pode dar um adiamento de uma decisão para a próxima Assembleia de Freguesia de mais três, seis meses não será por aí com certeza e tentarmos arranjar uma solução que seja mais justa para todos. Muito obrigada. _____

— Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

Muito obrigado dou a palavra ao Senhor Nuno Gusmão. _____

— Intervelo o Senhor Nuno Gusmão do CDS/PP para dizer o seguinte: _____

Muito obrigado Senhor Presidente. Contextualizando aqui um pouco, eu gostaria de dar nota do seguinte: esta foi uma privatização que aconteceu por imposição no âmbito do programa de assistência financeira e é uma concessão que poderá ser a qualquer momento resgatada, isso está previsto no contrato de concessão, prevê verbas e o estado não é lesado rigorosamente nada, isso foi perfeitamente acordado no contrato de concessão que foi estabelecido, podemos criticar uma serie de outras coisas, como nomeadamente, o programa de dividendos que os CTT tem mesmo com a redução efetiva, do resultado que foi cerca de cinquenta e seis por cento e mesmo assim deu vinte e três milhões de lucro este ano, podemos e devemos mas, importa aqui dizer até porque eu ouvi aqui algumas posições, relativamente a isto que, isto é possível fazer e se calhar já deveria ter sido feito, na minha opinião face há pouca qualidade do serviço que neste momento, é prestado pelo acionista que detém a concessão dos CTT, esta é uma posição. _____

Outra questão que importa aqui ressaltar é a estação que existia antes, as instalações eram frequentadas por muitos utentes, com a passagem do sítio onde estava para o sítio atual, é certo que diminuiu, nós estamos a falar numa zona de influência e eu tenho aqui os números que me fizeram chegar, tem cerca de oito mil moradores, muitas destas pessoas exceção feita à Quinta do Marquês que é etariamente mais jovem, é uma zona que tem uma população bastante envelhecida e é verdade, eu ouvi aqui dizer também que, são cerca de mil metros a distancia entre uma estação e a outra, mas nós também percebemos a topografia de Oeiras nesta zona e percebemos perfeitamente que para ir de Nova Oeiras a Santo Amaro de Oeiras, não é propriamente uma coisa fácil para pessoas já de alguma idade e aqui entra o objeto social, o qual nós temos de perceber e não podemos ser insensíveis a isto, os dados que me chegam indicam-me que são cerca de setenta a oitenta clientes que são atendidos nestas instalações por dia e se efetivamente, não serão todos os moradores, a esmagadora maioria destes utentes serão certamente, eu confesso que sou um morador na zona, aqui com declaração de interesses, confesso fui aquela estação uma vez, mas isso sou eu, acredito que a maioria das pessoas são idosas e já estão numa fase de aposentadoria, certamente recorrem com muito mais assiduidade aquelas instalações e é para esses que nós temos que olhar também, eu percebo os custos e entendo, percebo que num orçamento de uma Junta de Freguesia isto possa eventualmente, ter aqui algum peso, também não sou insensível a isso, mas confesso que o benefício social que estas instalações naquele local ou noutro que seja relativamente, próximo e que possa servir o mesmo tipo de população, seria de equacionar, nós não combinámos eu e a Joana Santa Marta, colega do PSD mas, eu acompanho aquilo que foi sugerido, acho que na minha opinião e deixava isto como sugestão, que este ponto fosse retirado, para não ter uma votação aqui, para que pudesse melhor analisado pelo Executivo de forma a que, conseguíssemos chegar a uma solução a contento de ambas as partes, neste

Ant

R

g

momento, acho que o Executivo também não o quer, eu percebo que muitas vezes tem de haver coragem para tomar medidas que não são populares, eu entendo isso muito bem mas, exatamente por isso, seria melhor ser retirado porque temos AMNO contra, temos a Associação da Quinta das Palmeiras contra, temos a Associação da Quinta do Marquês também contra e certamente, muitas outras pessoas que não estão representadas nestas associações e que se servem dali. Eu sugeria tal como a minha colega fez, que este ponto pudesse ser retirado e nós pudermos ter aqui outra solução até indo ao encontro e fazendo com que esta União de Freguesias, que é a União de Freguesias que mais peso tem neste concelho, face à sua dimensão e à população que tem possa mas, isto deixo como sugestão, o Executivo é soberano nesta matéria, com tantos investimentos que estão programados para o concelho, com um dispêndio que eu não questiono se bem ou mal, no final faremos essa devida avaliação, não me parece mal de todo que, esta questão financeira pudesse ser digamos que, saciada pela própria Câmara Municipal, não encarecendo o orçamento da própria União de Freguesias. Muito obrigado. _____

— **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado. Antes de dar o uso da palavra, tenho a informar os presentes que esta sessão acabará dentro de catorze minutos. _____

Dou a palavra ao Senhor Mário Gomes do IN-OV por favor. _____

— **Interveio o Senhor Mário Gomes do IN-OV para dizer o seguinte:** _____

Obrigado Senhor Presidente, é muito rápido. _____

Em relação à Senhora D. Maria Pia que apresentou a hipótese do centro de juventude, corrijam-me os presentes aqui nesta Assembleia, eu penso que quando terminaram a estação velha de Santo António dos CTT, a primeira opção a ser tomada, aquilo teve fechado durante uns anos e depois funcionou como papelaria, terminou porque não era rentável, depois então surgiu esta hipótese, aqui o problema é a despesa fixa de uma pessoa a trabalhar três horas por dia, será que

compensa? Eu percebo a dificuldade das pessoas idosas, mas se calhar depois com o Combustível a funcionar vai colmatar esse problema, é só isto agora que é uma decisão difícil de tomar, é, sem dúvida. _____

— **Intervenção do Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado. Dou a palavra à Senhora D. Maria do Céu Ramalheira, por favor, peço que seja célere. _____

— **Intervenção da Senhora D. Maria do Céu Ramalheira do IOMAF para dizer o seguinte:** _____

Como é a primeira vez que estou nestas andanças e estando aqui atentamente a ouvir as alegações de cada um, cheguei a uma conclusão que concordo com a Joana, concordo com a Presidente, concordo com as Associações e com os fregueses que suportam esta situação, por isso eu achava mais prudente que este ponto não fosse discutido, fosse bem avaliado com algumas alternativas, porque acho que os pressupostos não foram todos discutidos ainda, possivelmente, sei que é uma situação financeira que vai saindo cara à Junta, mas também será uma situação prudente em termos em atenção a população existente ali em Nova Oeiras e talvez, se encontre uma alternativa e penso que também o contrato como não pode ser fechado, acho que é só a partir de Julho segundo o que disse o Presidente da Associação dos Moradores, é só a partir de outubro segundo o Pedro, também se calhar dá tempo. até ao fim do ano arranjar outras alternativas que melhore a situação do que está já a partir do fecho, sem ter em atenção tudo o que pode ser resolvido e aí chamo a atenção e peço à Senhora Presidente que tenha isso em atenção. Muito obrigada. _____

— **Intervenção do Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado. Não havendo outras intervenções, dou a palavra ao Executivo, Senhora Presidente faz favor. _____

— **Intervenção da Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** _____

Ani
Oh
X

Senhor Presidente, eu não tenho muito mais a relatar, eu não retiro esta proposta de deliberação, é à Junta de Freguesia e à Presidente que cabe a responsabilidade da aplicação de dinheiros públicos, eu relembro os membros da Assembleia que sobre as receitas que arrecadamos oitenta e dois por cento, são afetadas a custos com o pessoal, quer com vencimentos, quer com encargos com o pessoal e treze mil euros por ano, faz muita diferença no orçamento da Junta portanto, quero informar o Senhor Presidente que não retiro esta proposta, independentemente de futuramente quer as associações de moradores, quer a própria Junta encabeçar protestos para a Assembleia da República, para a ANACOM que é a entidade reguladora, porque acho que o que se passa com os CTT é uma vergonha, há um serviço público que foi concessionado a uma entidade privada que simplesmente, lateraliza os encargos e as dificuldades que tem para cima de outros, nomeadamente, para entidades públicas e particularmente para Juntas de Freguesia, se há os aspetos sociais a considerar no interior do País, no litoral e particularmente nas nossas zonas, pessoalmente não pactuo com esta situação, nós estamos a gastar dinheiro que pode ser alocado ao apoio ao desporto, à saúde, nós não pusemos em causa o posto de enfermagem de Caxias também tem prejuízo, nunca me verão submeter uma proposta para encerrar o posto de enfermagem seja de Caxias, seja de Oeiras, onde quer que ele exista. Não retiro esta proposta, por outro lado, queria dizer a algumas das senhoras e dos senhores deputados que, desde que tomámos posse, procurámos junto dos responsáveis dos CTT, que eles encontrassem parceiros privados, esta atividade dá prejuízo e portanto, nós também entendemos que só agregada a outra atividade seja de papelaria, seja de pastelaria, seja de minimercado, seja o que for, é que poderá ter alguma viabilidade, deslocalizado das grandes lojas que eles tem em Oeiras e na área da União das Freguesias, como sabemos há uma em Oeiras e outra em Paço de Arcos. Transmitiram-nos que faziam um esforço, nós fomos telefonando, até demos algumas sugestões para eles

procurarem, não somos nós que vamos fazer o trabalho dos CTT na procura de um parceiro, como as senhoras e os senhores calculam, demos sugestões, mas até agora as sugestões não apareceram. Por outro lado queria informar que o serviço é publico como há muitas empresas que prestam serviços públicos aliás, se não tivessem publico não tinham vendas, não tinham receita, os CTT é uma delas, nós associamos muito os CTT ao levantamento das pensões, quero-vos referir que, se quiserem outros dados eu posso dar mas, em fevereiro o total de pessoas que se dirigiram à loja de Nova Oeiras, dois virgula quinze por cento foi para o pagamento de vales de reformas, isto em fevereiro, em março foram cinco virgula três por cento. Por outro lado, segundo a colaboradora que lá está, há uma grande parte de pessoas que vem de carcavelos, nem sequer são ali da zona, mas essa estatística não pedi e em fevereiro vinte e sete por cento das pessoas que ali se deslocaram foi em representação de empresas privadas e em março as empresas foram quarenta e dois por cento, portanto isto, quando nós pensamos o aspeto social, o apoio às pessoas mais idosas é muito relativo. _____

De qualquer forma, Senhor Presidente, penso que já tinha esclarecido tudo o que havia para esclarecer, das reuniões todas que tive, recebi muito pouca abertura dos CTT. A nossa colaboradora que se encontra neste posto teve de ir de férias, só há mais uma pessoa da Junta que tem formação para aquela área que se recusou linearmente a ir para esta loja, tivemos que fechar o posto dois dias, a funcionária que está lá aceitou ir provisoriamente, justamente pelas razões que foram aqui evocadas (questões de segurança). Nas reuniões que eu tive com os CTT, uma das questões que coloquei porque não sabia, se houver um assalto de quem é a responsabilidade, a responsabilidade é da Junta, se houver agressão à funcionária que lá está de quem é a responsabilidade, é da Junta, quer dizer, a responsabilidade é na totalidade da Junta e os CTT enquanto empresa privada tem responsabilidade zero. Com esta Presidente da Junta, os CTT numa loja isolada, naqueles termos

Anif

Ar

Ar

dificilmente continuará a funcionar, portanto, Senhor Presidente eu não retiro a proposta. _____

— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado. Informo toda a Assembleia que temos neste momento três minutos para acabar a Assembleia, sendo que, eu de imediato vou dar quinze minutos de tolerância, para chegar a bom porto. _____

— **Intervelo o Senhor Pedro Marques do IOMAF para dizer o seguinte:** _____

Preciso de dez segundo para pedir um esclarecimento. _____

— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Tem dez segundo para fazer esse pedido, faz favor Senhor Pedro Marques. _____

— **Intervelo o Senhor Pedro Marques do IOMAF para dizer o seguinte:** _____



O pedido de esclarecimento tem a ver com os prazos de rescisão contratual, que foi questionado, se não estaríamos a incumprir, se não é a realidade, quais são os prazos e existindo esses prazos e se não estivermos a cumprir, se há penalizações e encargos. Muito obrigado. _____

— **Intervelo a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** _____

Obviamente que, a deliberação vem hoje aqui para votação, a loja não fecha amanhã, nem fecha daqui a quinze dias, nem fecha daqui a um mês, nós temos responsabilidades que tem que ser avalladas juridicamente e em tempo oportuno informaremos, quer os residentes, quer as associações de moradores e quer os parceiros que estão naquele contrato, seja o senhorio, seja os CTT. Estas coisas, tem os seus termos, em princípio um de julho, mas terá que vir uma informação à Assembleia, nós temos que fazer todas essas avallações. _____

— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Posto isto e não havendo mais ninguém que queira usar da palavra, vou iniciar a votação da Proposta da UFOPAC nº. 51/2018 - Denúncia do Contrato de Prestação de Serviços do Posto de Correios de Santo António de Nova Oelras;

Ail



A proposta foi aprovada com doze votos a favor (11 votos do IN-OV + 1 voto da CDU), seis contra (3 votos do IOMAF + 1 voto do CDS/PP + 1 voto do PAN + 1 voto do BE) e três abstenções (2 votos do PS + 1 voto do PSD). _____

— Intervelo o Senhor Nuno Gusmão do CDS/PP para dizer o seguinte: — _____

Senhor Presidente, quero fazer uma declaração de voto, relativamente a esta questão. _____

A minha votação aqui penso que ficou explicitada de acordo com aquilo que foi sugerido por mim, na minha intervenção, embora sejam coisas distintas eu gostaria aqui de fazer referência a esta posição, relativamente aos moradores de Nova Oeiras que ficam privados do serviço ali e contrapor na mesma situação relativamente a um outro contrato, esse sim, embora seja do foro privado e que não tem qualquer índole social, como é a situação que falámos há pouco do restaurante em Caxias. Muito obrigado. _____

— Intervelo a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para Dizer o seguinte: —

DECLARAÇÃO DE VOTO

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 40 / 2018

O PSD manifesta o seu profundo desacordo relativamente à presente proposta por razões de legalidade e por razões de igualdade e justiça relativa

A alegação de que a autarquia deve suportar os custos de gestão de um estabelecimento levanta uma questão de injustiça em relação às empresas ou comerciantes que se encontram na mesma situação e no mesmo local.

O fundamento para a decisão leva a que qualquer um pode a partir de agora solicitar a isenção ou a redução de contrapartida alegando dificuldades financeiras ou mera igualdade de tratamento.

Aceita-se que os resultados da gestão sejam reais, mas não faria sentido sugerir um novo modelo de gestão alargando horários, diversificando a oferta e satisfazendo os

Ant

Ant

Ant

clientes como, por exemplo alargando o serviço ao jantar? Rentabilizando assim, adequadamente, o espaço contratualizado ?

Com uma decisão desta natureza qualquer entidade – como por exemplo o novo prestador de serviços do Bar da Praia (também apreciado nesta sessão) para justificar futuras perdas financeiras e requerer com o mesmo fundamento familiar e de gestão que a autarquia aceite uma redução de renda ou um perdão parcial de pagamento contratado.

As alegações sociais justificáveis não podem cobrir e muito menos premiar uma situação em que o empreendedor não evidencia qualquer capacidade para explorar, manter ou até gerir os seus resultados. Cumprindo as suas obrigações contratuais.

Mais ainda quando estamos perante uma arrendatário que, já usufrui de condições de exceção desde 2008 e mesmo assim não alterou a sua forma de atuação e não foi capaz de cumprir as suas obrigações

Mas como se espera que um estabelecimento que teve os afirmados 14 mil euros de prejuízo recupere agora com um perdão na ordem dos cerca de 8 mil euros?

Ou seja, não só não resolvemos o problema, como abrimos um precedente de proporções incalculáveis e socialmente injustas, assim podemos estar apenas a aplicar um penso rápido em cima de uma fratura.

O PSD entende que se deve atender a situações justas e devidas, com natureza excecional. Mas entende que se deve ser exigente para não ser permissivo e criar outras injustiças relativas que propiciam ao incumprimento.

Oeiras, 11 de Abril de 2018

Joana Santa Marta

*A bancada do PSD**

— Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: _____

Muito obrigado. _____

Ail ↓

Dado o avançar da hora, não sei se ainda teremos tempos, eu penso que seria de bom-tom se calhar passarmos estes três pontos para uma próxima. Todavia se, todos quiserem tentar o esforço de nos próximos treze minutos conseguirem, fazemos o seguinte, eu proponho ver o ponto onze, se o ponto onze passar, logo vemos, se porventura, demorarem mais do que cinco minutos no ponto onze garantidamente não vamos. _____

11. Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC Nº. 52 /2018 – Ratificação do Protocolo de Colaboração Institucional entre o Município de Oeiras as Juntas e Uniões de Freguesias para a Formação Profissional; _____

O debate está aberto. Não há inscrições, passamos desde já à votação. _____

A proposta foi aprovada por unanimidade dos 19 presentes. _____

O membro da CDU e do PAN encontravam-se ausentes da sala. _____

12. Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC Nº. 53/2018 – Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação; _____

Está aberto o debate. Há uma inscrição, faz favor Senhor Pedro Marques. _____

— **Interveio o Senhor Pedro Marques do IOMAF para dizer o seguinte:** _____

Tal como fizemos a divisão no relatório e Contas, poderia ter sido feito a divisão no relatório da oposição e separar o que era o mandato anterior e os três meses da gestão deste Executivo, até porque houve realmente um exercício do Direito de Oposição relativamente às GOP, apenas uma nota, não é isso que inviabiliza o resto, apenas a nota, obrigado. _____

— **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado. Não está ninguém mais interessado em falar? _____

Passo à votação. _____

A proposta foi aprovada por unanimidade dos 19 presentes. _____

O membro da CDU e do PAN encontravam-se ausentes da sala. _____

Passamos ao último ponto. _____

Anif

Ar

Ar

13. Apreciação da Informação escrita da Senhora Presidente do Executivo sobre a Atividade da União das Freguesias de 25 de outubro de 2017 a 31 de março de 2018. _____

Relembro que é apenas apreciação. _____

— **Intervelo o Senhor Pedro Marques do IOMAF para dizer o seguinte:** _____

Apesar de ter chegado hoje, ainda me dei ao trabalho de o ler, uma curiosidade no registo dos canídeos, os números que apresentam são muito disparos da realidade de canídeos da freguesia, a minha pergunta é se o Executivo tenciona junto de quem de direito, poder corrigir e fiscalizar esta situação, tanto falamos de despesa e de receita e aqui está uma fonte de receita totalmente desperdiçada, são pequenos números mas realmente, tendo lido o documento de trezentas e tal páginas, acho que merecia uma menção, Obrigado. _____

— **Intervelo o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Muito obrigado. Relembro que neste momento estamos a nove minutos. Senhor Deputado Rogério Pereira faz favor. _____

— **Intervelo o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte:** _____

Eu comentava no anterior mandato que estes documentos eram o repositório do Facebook, eu louvo este documento porque nesse domínio há uma evolução que me apraz registar, mas há uma situação que eu recomendo que venha a ser alterada que, a presença da nossa Presidente na Assembleia Municipal, não se limite a dizer os dias em que esteve presente na Assembleia Municipal, será bastante mais útil que refira neste relato, as posições que defendeu e aquilo que lá transmitiu digamos, porque essa informação é-nos útil e não a temos a não ser se estivermos presentes e se lermos as atas, mas com respeito por esta Assembleia, essa referencia deverá ser feita e, é só. _____

— **Intervelo a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** _____

Queria só dizer aqui ao nosso colega Pedro, quando nós fazemos estes relatórios é que percebemos estas situações que são uma das nossas preocupações, para que, haja mais licenças de caniços e mais renovações. Mas não podemos fazer tudo de uma vez, temos feito grandes esforços para melhorar algumas situações, essa é uma delas, o site da Junta é outra que estamos em processo, já falei com alguns dos elementos da Assembleia de Freguesia, mas ainda não está nada decidido porque, estamos muito assoberbados com estes documentos que era preciso apresentar em tempo útil. Percebemos o que acabou de referir e concordamos, temos de fazer mais coisas, para ter mais receitas. _____

Relativamente ao Rogério mando muitas cartas para a Câmara, porque na Assembleia Municipal são mais os deputados municipais muitas vezes, as posições mais sustentadas que nós procuramos, quando falo nós, o Executivo de que sou porta-voz vão por escrito, com a Câmara tem que ir por escrito, se não forem por escrito as coisas perdem-se um bocadinho. _____

— **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** _____

Assim sendo vou proceder à leitura da minuta da ata, não totalmente, se me permitem. _____

A minuta da ata foi aprovada por unanimidade dos 21 presentes. _____

Damos por encerrada a sessão muito obrigado a todos pela vossa participação e um especial obrigado ao nosso público. _____

— **ENCERRAMENTO** _____

— O Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às 00h11m, da qual será lavrada a ata. _____



O Presidente da Mesa da Assembleia



A 1.º Secretária



O 2.º Secretário